



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS  
UNIDADE ACADÊMICA DE DIREITO  
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

GILDENIA DE OLIVEIRA ABRANTES

**SERVIÇO SOCIAL E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA  
PERCEPÇÃO DOS/AS DISCENTES INSERIDOS/AS NA RESIDÊNCIA  
UNIVERSITÁRIA DO CCJS/UFCG**

SOUSA – PB  
2016

GILDENIA DE OLIVEIRA ABRANTES

**SERVIÇO SOCIAL E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA  
PERCEPÇÃO DOS/AS DISCENTES INSERIDOS/AS NA RESIDÊNCIA  
UNIVERSITÁRIA DO CCJS/UFCG**

Trabalho de conclusão do curso apresentado à Coordenação do curso de bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Me. Cibelly Michalane Oliveira dos Santos Costa

GILDENIA DE OLIVEIRA ABRANTES

**SERVIÇO SOCIAL E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA  
PERCEPÇÃO DOS/AS DISCENTES INSERIDOS/AS NA RESIDÊNCIA  
UNIVERSITÁRIA DO CCJS/UFCG**

Trabalho de conclusão do curso apresentado à Coordenação do curso de bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para a para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Me. Cibelly Michalane Oliveira dos Santos Costa.

**Aprovada em:** 14/12/2016

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Me. Cibelly Michalane Oliveira dos Santos Costa  
ORIENTADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Esp. Palloma Maria Gomes Jácome  
EXAMINADORA

---

Consuelo Barreto Martins de Melo  
EXAMINADORA

Dedico este trabalho aos meus pais, Lucia e Antônio Augusto, pelo incentivo e amor; aos meus irmãos que sempre estiveram ao meu lado e a todos aqueles que nunca me desampararam nos momentos que pensei em desistir.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço ao meu Deus, sempre disponível a mim, razão de nossa existência e a simplicidade da palavra amor.

Agradeço a minha mãe, Lucia, por sempre incentivar e por ser exemplo de força de vontade e persistência seja na vida pessoal como também na vida profissional. Obrigada mãe por ser o meu exemplo, te amo!

Ao meu pai, por sempre, mesmo que de sua maneira, instigar a busca pelos nossos sonhos.

Aos meus irmãos, Gildásio e Oscar Neto, por sempre se fazerem presentes e necessários nessa caminhada chamada de Vida.

Aos meus avós maternos Natalia e Raimundo Cosmo pela constante presença em minha vida e mostrar somos uma família cheia de amor.

Aos meus avós paternos Oscar (in memoria) e Nizinha (in memoria) por ser um exemplo de professora e por me incentivar desde pequenina o hábito da leitura. Serei eternamente grata.

Aos meus tios, primos e agregados, serei sempre agradecida pelo amor e cumplicidade que me propõe desde meus primeiros passos.

Aos meus amigos, por me proporcionarem calma, por aliviarem meus estresses quando tudo parecia não se resolver ou não ter mais fim.

Também aos meus amigos virtuais, em especial a família Carpe Diem, que antes mesmo de iniciar o trabalho de conclusão de curso, me incentivaram a continuar sempre em frente e me por me escutar quando não tinha ninguém para isso.

A minha orientadora, Cibelly Michalane, pela paciência, pelo comprometimento, pelo entendimento e por se fazer essa pessoa de total acesso e mais ainda esse ser cheio de luz. Obrigada por ser um exemplo de pessoa, de educadora.

A meus demais educadores, desde a primeira fase até ao ensino superior, obrigada pelos ensinamentos, pelo incentivo.

A todo corpo que compõe o CCJS, é muito satisfatório poder fazer/ter feito parte dessa família.

A minha supervisora de campo de estagio, Marianna Tomaz, por compartilhar suas experiências diárias, por encorajarmos a nunca desistir diante dos problemas que surgirem.

Meu obrigada, aos meus colegas de sala e companheiros de luta, por serem os exemplos de força e por sempre me mostrarem que é possível seguir em frente, mesmo quando tudo parecer ter fim. Vocês me ensinaram muitas coisas, sou tão grata por isso.

Aos Residentes do CCJS, por se mostrarem disponíveis para o enriquecimento da pesquisa presente nesse trabalho.

Meu agradecimento, a todos que durante minha jornada acadêmica, contribuiu de alguma forma, seja através de incentivo, através de exemplos, seja simplesmente por se encontrarem ao meu lado, muito obrigada.

## RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso teve como escopo analisar a atuação do Serviço Social na Assistência Estudantil da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, campus Sousa/PB, sobre a partir da percepção dos/as discentes inseridos/as na residência universitária. O interesse pelo assunto afluorou a partir das inquietações advindas da nossa experiência enquanto estagiária na referida instituição. A pesquisa foi de caráter essencialmente qualitativo, contando como sujeitos os/as discentes inseridos na Residência Universitária. A nossa amostragem foi não probabilística do tipo intencional, aplicada com um total de dezesseis discentes. A coleta de dados se processou através de questionário semi-estruturado. A análise dos dados se deu por meio de referenciais teóricos respaldados na perspectiva crítica. Os resultados da pesquisa foram reveladores de que o Serviço Social é concebido pela maioria dos/as estudantes pesquisados, como burocrático e, em muitos casos, restritivo de direitos. Porém, cabe notar que o Serviço Social na assistência estudantil, assim como no âmbito do desenvolvimento de todas as demais políticas públicas, se insere em um contexto completamente restritivo, em decorrência da política neoliberal, sendo necessárias, indubitavelmente, mediações teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas para que os direitos da população usuárias possam ser viabilizados.

Palavras-chaves: Assistência Estudantil. Serviço Social. Neoliberalismo.

## ABSTRACT

This Course Conclusion Work had as objective to study the work of the Social Service in the Student Assistance of the Federal University of Campina Grande - UFCG, Sousa / PB campus, based on the perception of / as students inserted / as in the university residence. The interest in the service came from the inquiries that came from our experience with the trainee in the brand. The research was of essentially qualitative character, counting as subjects the / as students inserted in the University Residence. Our sampling was not probabilistic of the intentional type, applied with a total of sixteen students. The data collection is processed by semi-structured questionnaire. Data analysis was based on the or etical frame works supported by a critical perspective. The results of the research are revealing that Social Work is conceived in the majority of students as researched, as bureaucraticand, in many cases, restrictive of rights. However, it should be noted that Social Service in an educational assistance, as well as the development of all public policies, is inserted in a completely restrictive context, due to the neoliberal policy, being undoubtedly theoretical-methodological, ethical-politicalAndtechnical-operativesothattherightsoftheuserpopulationcanbemadeviable.

Keywords: Student Assistance. Social service. Neoliberalism.



## LISTA DE SIGLAS

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior  
CAE – Coordenação de Apoio Estudantil  
CFESS – Conselho Federal de Serviço Social  
CRESS – Conselho Regional de Serviço Social  
DC – Desenvolvimento de Comunidade  
EAD – Educação à distância  
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio  
FHC - Fernando Henrique Cardoso  
FIES – Fundo de Financiamento Estudantil  
FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis  
IES – Instituição de Ensino Superior  
IFES – Institutos Federais de Ensino Superior  
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação  
MEC - Ministério da Educação  
MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização  
PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação  
PNAES - Plano Nacional de Assistência Estudantil  
PNE – Plano Nacional da Educação  
PRAC – Pró Reitoria de Assuntos Comunitários  
PROUNI - Programa Universidade para Todos  
REUNI – auxílio à graduação  
REUNI - Programa de Apoio à Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais  
RU – Restaurante Universitário  
RUN – Residência Universitária  
SISU – Sistema de Seleção Unificada  
TCC – Trabalho de conclusão de curso  
UFMG/CCJS - Universidade Federal de Campina Grande/ Centro de Ciências Jurídicas e sociais  
UFPB – Universidade Federal da Paraíba  
UFRJ -Universidade Federal do Rio de Janeiro

## LISTA DE GRÁFICOS

**GRÁFICO 01:** Cursos em que os/as discentes pesquisados/as estão inseridos/as;

**GRÁFICO 02:** Origem dos/as discentes inseridos/as na RUN;

**GRÁFICO 03:** Tempo de inserção dos/as discentes na RUN;

**GRAFICO 04:** Tempo de espera para inserção na RUN;

**GRAFICO 05:** Contato dos/as discentes com o Serviço Social;

**GRAFICO 06:** Papel que o Serviço Social inserido na Assistência Estudantil deve/deveria desempenhar, a partir da concepção dos/as discentes da RUN;

**GRÁFICO 07:** Sugestões dos/as discentes residentes para a otimização dos serviços ofertados pela assistência estudantil no tocante ao serviço social;

**GRÁFICO 08:** Sugestões dos/as discentes residentes para a otimização dos serviços ofertados pela assistência estudantil no tocante à biblioteca do campus;

**GRÁFICO 09:** Sugestões dos/as discentes residentes para a otimização dos serviços ofertados pela assistência estudantil no tocante da limpeza.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>CAPITULO 1 .....</b>	<b>13</b>
<b>2.1</b>	<b>Política de Educação brasileira: uma breve trajetória sociohistórica .....</b>	<b>13</b>
<b>2.1.1</b>	<b>Contextualização da Política de Educação brasileira .....</b>	<b>13</b>
<b>2.1.2</b>	<b>A Política de Educação Superior: Conquistas e desafios .....</b>	<b>20</b>
<b>3</b>	<b>CAPÍTULO 2 .....</b>	<b>26</b>
<b>3.1</b>	<b>Serviço Social e Educação .....</b>	<b>26</b>
<b>3.1.1</b>	<b>O Serviço Social na Educação: inserção, avanços e desafios .....</b>	<b>26</b>
<b>3.1.2</b>	<b>O Serviço Social na UFCG.....</b>	<b>34</b>
<b>3.1.2.1</b>	<b>Programas vinculados à Assistência Estudantil existentes no CCJS, campus Sousa/PB.....</b>	<b>35</b>
<b>4</b>	<b>CAPÍTULO 3 .....</b>	<b>41</b>
<b>4.1</b>	<b>A Pesquisa .....</b>	<b>41</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>53</b>
<b>6</b>	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>55</b>
	<b>APÊNDICE I - Termo de consentimento livre e esclarecido</b>	
	<b>APÊNDICE II - Roteiro de questionário</b>	

## 1 INTRODUÇÃO

O referido trabalho emergiu a partir da nossa experiência durante a realização do estágio supervisionado I e II em Serviço Social realizado na UFCG, campus Sousa/PB, de modo específico na assistência estudantil, realizado no 6º e 7º período do curso de Serviço Social, tendo em vista que em alguns momentos os usuários não compreendiam o real motivo de algumas atitudes da política e da profissional para com eles; e de âmbito acadêmico, pois ao meu vê é uma política que precisa de mais visualização e por ser um tema pouco levantado em questão até o momento.

Mais ainda ele contribuirá, tanto para meu entendimento como para os demais interessados neste assunto, a apreender o ponto de vista dos usuários em relação ao serviço social, se este é garantidor de direitos, se acreditam na eficácia da assistência estudantil, visando-o como um profissional especializado que atua nas manifestações da questão social, tendo em vista que a questão social é o que sustenta a fundação sócio-histórica da profissão.

Tendo em vista a pesquisa como construção da realidade, utilizaremos para processo de pesquisa, a teoria marxista, propondo à abordagem dialética, que nos permitirá “(...) analisar os contextos históricos, as determinações socioeconômicas dos fenômenos, as relações sociais de produção e de dominação com a compreensão das representações sociais” (MINAYO, 2012, p.24). Está ideia nos permitir entender que o método dialético contextualiza o objeto de estudo na dinâmica histórica, cultural e social.

Para coleta de dados, utilizamos o uso do questionário semi-estruturado, com uma amostra de dados não probabilística, com amostra de 16 discentes do total de 85 residentes na residência feminina e masculina.

O Serviço Social, no âmbito da assistência estudantil, tem o objetivo de viabilizar os direitos dos/as discentes inseridos na Universidade, atuando, portanto, tanto com os/as estudantes que fazem uso da residência universitária, quanto com aqueles/as que usufruem do Restaurante Universitário, do Reuni, bem como com qualquer discente que deseje buscar maiores esclarecimentos sobre a assistência estudantil ofertada na instituição. Nesse sentido, é o/a profissional de Serviço Social quem está à frente da assistência estudantil, obviamente, que necessitando da

colaboração e compromisso de todos/as os/as outros/as profissionais que compõem o corpo técnico da instituição.

É interessante notar que a atuação desse/a profissional, em tal âmbito, se torna extremamente desafiadora, em decorrência dos poucos recursos que são direcionados para a operacionalização da assistência estudantil. Necessitando, portanto, de mediações crítico-interpretativas, além de teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, para que os direitos dos/as discentes possam ser viabilizados.

Na perspectiva de discutir e analisar o assunto ora proposto, o TCC em tela está organizado em três capítulos, quais sejam:

No primeiro capítulo, encontramos uma breve trajetória sociohistórica acerca da educação brasileira, trazendo à tona as conquistas e retrocessos da educação desde seus primórdios, ressaltando as consequências ocasionadas pela política neoliberal, enfatizando a contrarreforma da educação. Posteriormente, foram discutidas as conquistas e desafios adquiridos a partir da LDB, destacando a educação superior.

No segundo capítulo, desde trabalho, discutimos os avanços e desafios da profissão de serviço social na educação. Em seguida, discutimos sobre o Serviço Social na UFCG, desde seu surgimento até os dias atuais, enfatizando os programas existentes na assistência estudantil, e como os mesmos vêm sendo desenvolvidos.

No terceiro capítulo, abordamos os dados coletados na pesquisa, fundamentando-os a partir de uma perspectiva crítico-reflexiva.

## **2 CAPÍTULO 1**

### **2.1 Política de Educação brasileira: uma breve trajetória sociohistórica**

#### **2.1.1 Contextualização da Política de Educação brasileira**

No Brasil, desde os primórdios até os dias atuais, a educação sofreu inúmeras transformações, provenientes de transformações sociais. Nesse sentido, se faz necessário compreender como essas transformações peculiarizaram no decorrer da história.

A educação no Brasil se deu de forma lenta e unilateral, voltada inicialmente apenas para os filhos dos grandes proprietários de terras, sendo, portanto, elitizada e unilateral.

Nessa perspectiva, Lima (2007, p. 126) salienta que "a educação superior nasceu com a marca de um intocável privilégio social, cuja democratização começava e terminava nas fronteiras da burguesia". Ou seja, a educação surge como uma espécie de interesse posto pela classe dominante a fim de induzir a lógica do capital na sociedade através das escolas, conservando vestígios de uma desigualdade histórica. A autora ainda complementa afirmando que:

Com o desenvolvimento do capitalismo monopolista a ampliação do acesso à educação passou a ser uma exigência do capital, seja de qualificação da força de trabalho para o atendimento das alterações produtivas, seja para difusão da concepção de mundo burguesa, sob a imagem de política inclusiva (LIMA, 2007, p.126).

Na verdade, o interesse do modo de produção capitalista centrava-se na necessidade de adquirir mão de obra qualificada para que assim fosse possível o desenvolvimento das forças produtivas, de modo que esta se tornasse capaz de operacionalizar os maquinários necessários ao desenvolvimento da produção.

No Brasil, a trajetória da educação iniciou-se em 1549 com a vinda dos primeiros jesuítas, denominada Companhia de Jesus, fundada por Inácio de Loyola, com o intuito de educar os jovens católicos, pois se via essa necessidade, haja vista que a partir da leitura e da escrita, os índios poderiam se converter a fé católica.

A primeira escola foi fundada em Salvador, depois se estendendo para o sul do país. Instigados pela religião e pela vontade de promover a fé cristã, no percurso de quase duzentos anos, os jesuítas foram aproximadamente os únicos educadores, exercendo um ensino primário (ler e escrever) e com prioridade na escola secundária<sup>1</sup>, conceituado como de nível superior e revertido para o desenvolvimento de sacerdotes.

Tal método de ensino perdurou até que Sebastião José de Carvalho e Melo, o conhecido Marquês de Pombal<sup>2</sup>, expulsou os Jesuítas do país, pois:

Os métodos educacionais Jesuíticos não contribuíram para alcançar os objetivos do estado, cujo principal deles era recuperar o status, pois Portugal estava decadente diante das outras potências européias da época, portanto os interesses estavam totalmente voltados para o comércio onde se pretendia acumular capital suficiente para reerguer o estado português, e como a educação dos Jesuítas era voltada para a pregação religiosa e a mera transmissão de conhecimento, se viu necessária a criação de um novo sistema educacional que servisse como ferramenta para o desenvolvimento de nossos colonizadores (FELINTO, 2009 p. 10 -11).

Nesse contexto, o país se encontrava no período pombalino, cujo argumento era formar um sistema educacional vantajoso para o Estado, onde se buscasse

[...] manter os preceitos dos cursos de teologia, contudo resguardado nas leis portuguesas, impondo aos filhos da aristocracia, a formação

<sup>1</sup> Embora tivessem fundado inúmeras escolas de ler, contar e escrever, a prioridade dos jesuítas foi sempre a escola secundária, grau do ensino onde eles organizaram uma rede de colégios reconhecida por sua qualidade, alguns dos quais chegaram mesmo a oferecer modalidades de estudos equivalentes ao nível superior (<http://www.webartigos.com/artigos/a-educacao-no-brasil-nos-dias-atuais/25509/>, acesso em 10/08/16 as 22:30hrs).

<sup>2</sup> Sebastião José Carvalho e Melo, filho de Manuel de Carvalho e Ataíde e Tereza Luiza de Mendonça e Mello, conhecido como Marquês de Pombal, nasceu em Lisboa no dia 13 de maio de 1699, foi um político português e verdadeiro dirigente do país, durante o reinado de José I. Estudou na universidade de Coimbra. Em 1750, o rei José I, tendo notado o grande talento do embaixador, o nomeou secretário de Estado (ministro) para assuntos exteriores. [...] foi nomeado ministro principal e, a partir de então, seus poderes foram quase absolutos, desenvolvendo um programa político de acordo com os princípios do iluminismo, [...] principal responsável pela abolição da escravidão em Portugal, reorganizou o sistema de educação, melhorou as relações com a Espanha e publicou um novo código penal. Contudo, suas reformas, todas elas emolduradas dentro do conhecido despotismo iluminista, enfrentaram uma grande oposição, especialmente dos jesuítas e da aristocracia. Em 1758, a vida do rei sofreu um atentado, desta forma, Pombal conseguiu implicar os jesuítas e os nobres. O envolvimento da Companhia de Jesus na Guerra Guaranítica (Rio Grande do Sul) levou Pombal a expulsar os jesuítas de Portugal e do Brasil em 1759. Em 1770, o rei lhe concedeu-lhe o título de marquês. O poder do marquês de Pombal acabou quando, em 1777, o rei José I faleceu, mais tarde foi declarado culpado de abuso de poder. Expulso da corte, o marquês foi morar em sua propriedade rural, local onde faleceu no dia 8 de maio de 1782 ([www.infoescola.com/biografias/marquês-de-pombal/](http://www.infoescola.com/biografias/marquês-de-pombal/), acesso em 10/08/16 as 22:49hrs).

delineada a partir das exigências do mercado, para que estes pudessem administrar os seus patrimônios e mantivessem a ordem estabelecida (SILVA, 2016, p. 16).

Destarte, a família Real portuguesa chega ao Brasil em 1808, induzindo a proclamação da Independência em 1822, iniciando assim o período imperial. Nessa época, a educação seguia de forma elitista, viabilizando a criação do ensino superior nas instituições brasileiras. Porém, com a criação do Ato Adicional de 1834, a Coroa torna-se responsável pelo ensino superior<sup>3</sup>, acarretando as províncias, o cargo de ensino primário e secundário.

Tanto o período pombalino como o imperial erodiram a uma divisão de classes, ligada a questões financeiras. Ou seja, o ensino era dividido conforme as classes, tencionando em diferentes funções na sociedade.

Na Primeira República, período o qual distinguiu o fim do Império no ano de 1889 até a Revolução de 1930, a sociedade brasileira conservava estilhaços dos tempos do Império, tendo seus diplomas atribuídos pelas escolas de níveis superiores com o intuito de manter o domínio nos títulos de nobreza, mantendo o modo de partilhar privilégios. Nesse contexto, emerge uma nova proposta, a criação de um sistema de educação para o Brasil que priorizasse o ensino básico, mas associando o nível primário e superior.

É importante destacar, que com a chegada da I Guerra Mundial (1914 – 1918), várias mudanças ocorreram de forma acelerada, seja em relação ao cenário político e social, como também no que diz respeito ao processo de industrialização, tendo em vista a mudança da economia agrária para a industrial, alterando dessa forma também o cenário da educação nacional.

Nesse sentido, a educação passou a ser desenvolvida na perspectiva tecnicista, de modo a preparar a classe trabalhadora para o mercado, ou seja, levando-a a manter eminentemente a lógica do capital. É interessante notar que tal cenário exigia a eliminação do analfabetismo, a fim de inserir a população no mercado de trabalho, colaborando para o aumento e expansão do capital.

Portanto, “o ritmo do crescimento dos sistemas educacionais seria, não somente, resultado da necessidade de valorização do capital, mas também da

---

<sup>3</sup> No Brasil, as Universidades seguiam os modelos das Universidades existentes em outros países, como a Universidade de Coimbra, o modelo francês como também o inglês. Era preciso conduzir-se a Portugal, Coimbra e França para estudar; neste caso, somente aqueles proprietários de maior poder aquisitivo usufruía desse privilegio.



correlação de forças entre as classes em cada formação social concreta” (BARBOSA, 2016 *apud* DAHMER, 2007, p.05).

Cabe lembrar que em 1891, com a aprovação da Constituição Republicana, a qual buscava instituir normas que iriam reger uma nação livre e democrática, cidadãos de direitos e igualdades, surgiram os debates educacionais, acreditando que a educação iria proporcionar uma “ordem social aberta, livre e democrática” (SILVA, 2016, p.05). No entanto, tal Constituição não trouxe um ponto de responsabilidade em relação ao ensino superior, tendo em vista, que nela o ponto principal era a instituição e a garantia dos direitos, buscando estender os direitos civis e reduzir o quanto possível os direitos sociais. Nesse caso, o ensino era versado como “uma conquista determinada pelas virtudes e interesses individuais.” (SILVA, 2016, p.6)

De acordo com Vasconcellos (2010, p.401), aparece a primeira universidade no Brasil, instalada no Estado do Paraná, mas com duração de três anos; até que em 1920, instala-se a Universidade do Rio de Janeiro<sup>4</sup>, com cursos de níveis superiores: Escola Politécnica, Faculdade de Medicina e Faculdade de Direito.

No decorrer da década de 1930, a economia agrária começa a alterar-se para uma economia industrial, refletindo em uma reviravolta na estrutura econômica no cenário nacional, ocasionando em mudanças na política e no social, induzindo também mudanças na educação nacional.

Neste mesmo ano é criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, com o escopo de organizar assuntos relacionados à educação e à saúde no país. Salienta-se que em 1931, é implantada a Reforma Francisco Campos, na perspectiva de estruturar o ensino secundário e superior no Brasil.

Com a Constituição de 1934, pela primeira vez a educação passa a ter um capítulo destinado a si, garantindo o direito ao acesso ao ensino primário de forma gratuita e fornecendo assistência aos alunos carentes, indicando a escola primária integral de forma obrigatória. É nesse período que é elaborado o Plano Nacional de Educação, delineando o desenvolvimento do ensino.

Contrariando os valores da Constituição de 1934, a Constituição de 1937, outorgada por Getúlio Vargas, firma mudanças em relação à educação, deixando de

---

<sup>4</sup> Hoje, denominada Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

ser obrigação do Estado à expansão do ensino público. Neste caso, tal ato trás ainda mais à superfície a desigualdade existente na sociedade, tendo em vista que, com isso, somente aqueles detentores de melhores condições socioeconômicas poderiam estudar, restando para os menos favorecidos o ensino profissionalizante.

Diante do contexto em que o país se encontrava<sup>5</sup>, emerge no ano de 1946 a quinta Constituição, reestabelecendo a educação como direito de todos e tornando obrigatório o ensino primário. No entanto, cabe ao maior destaque para esta Constituição, o suporte trazido para elaboração das Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a qual afirma a educação como princípio primordial, instituindo-a como direito de todos, proporcionada pelo poder público.

Porém, cabe lembrar que apenas em 1961 a LDB foi aprovada, sendo discutida desde 1947, passando, portanto, treze anos sendo debatida no Congresso Nacional.

Atualmente, conforme será discutido posteriormente, a LDB se configura como um dos principais documentos da educação no Brasil, regulamentando o sistema educacional, seja público ou privado, do nível básico ao superior.

A frente do desenrolar dos acontecimentos, no ano de 1962, o presidente João Goulart, Jango, institui o Plano Nacional de Educação (PNE), a fim de rescindir o analfabetismo. No entanto, com a instauração da Ditadura Militar<sup>6</sup> no Brasil, a Educação começa a se ajustar, tornando-se um dos relevantes interesses e uma porta de entrada para investimentos internacionais, visando o lucro que a educação poderia proporcionar. Ou seja,

A reforma dos militares continha basicamente as seguintes mudanças: extinção da cátedra; fim da autonomia das faculdades; criação de institutos, faculdades e/ou escolas; introdução do sistema de créditos; ciclo básico antes da formação profissional; garantia da

---

<sup>5</sup> A partir dessa época, a educação, passa a apontar para uma direção democrática, através dos Movimentos de Cultura Popular, em 1950, sendo possível uma cooperação e participação do povo.

<sup>6</sup> O Regime Militar durou vinte e um anos (1964-1985), o mesmo foi iniciado com o golpe de 1964 e terminou em 1985 com a eleição, a qual teve a participação da população, que elegeu Tancredo Neves a Presidência, porém, como este faleceu antes de assumir a presidência, seu vice Jose Sarney assumiu. “O desfecho de abril foi a solução política que a força impôs: a força bateu o campo da democracia, estabelecendo um pacto contrarrevolucionário e inaugurando o que Florestan Fernandes qualificou como “um padrão compósito e articulado de dominação burguesa”. Seu significado imediatamente político e econômico foi óbvio: expressou a derrota das forças democráticas, nacionais e populares: o que o golpe derrotou foi uma alternativa de desenvolvimento econômico-social e político que era virtualmente a reversão do já mencionado fio condutor da formação social brasileira [...] (NETTO, 2011, p. 25).

representação discente e docente [...] (SANTOS; CERQUEIRA, 2009, p. 05).

De fato, no decorrer de inúmeros acontecimentos, a educação passa por diversos marcos, no entanto o ano de 1964 foi emblemático para o sistema educacional, na medida em que os militares se apropriam do poder, determinando novas vertentes para a educação, incitando a privatização por meio de custeios públicos para entidade privadas.

Em 1968, sucedeu-se a reforma universitária coordenada pelo governo militar, iniciando um novo arranjo de políticas e formulações de âmbito educacional que se apresente e se acentue sob o mesmo alicerce ideológico dos dias atuais, designados a ampliar o mercado privado, preservando a ordem social. Na verdade, o Estado precisava mostrar uma forma de amenizar as desigualdades, porém, sem situar os interesses econômicos por trás de suas ações.

Com base em Silva (2016, p.20),

A reforma da educação foi proposta pelos governos: Castelo Branco (1964-1967), Costa e Silva (1967-1969), Médici (1969-1974), Geisel (1975-1979) e Figueiredo (1979-1985), estavam voltados para o analfabetismo, com a obrigatoriedade do ensino fundamental. O objetivo era manter o crescimento econômico, entretanto, a sociedade passava por precárias condições de vida e o incentivo à educação se configurava como uma estratégia eficaz para o desenvolvimento das forças produtivas.

Nesse contexto, com o propósito de suprimir o analfabetismo, na década de 1970, é formado o Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL<sup>7</sup>, engajado na aprendizagem para adultos, espalhando-se por todo o Brasil. No entanto, sem muito sucesso e mais na frente substituído pelo “Projeto Educar”, pois com a expansão das indústrias e do desenvolvimento das cidades, era fundamental superar o analfabetismo, principalmente no mandato de Vargas (1930-1945), em ocasião que o Brasil se encontrava em padrão com o modelo nacional desenvolvimentista. A partir disso, era necessário formar novas escolas, abarcando também universidades.

A partir da década de 1980, pertinente a carência do progresso econômico, o Regime Militar expõe sinais de enfraquecimento e os movimentos sociais mostram-

---

<sup>7</sup>Programa criado em 1970 pelo governo federal com objetivo de erradicar o analfabetismo do Brasil em dez anos. O Mobral propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando “conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida”. O programa foi extinto em 1985 e substituído pelo Projeto Educar (MENEZES, 2001, online.)

se presentes, através de entidades sindicais, associações, incentivando a eclosão de novas organizações na sociedade, mostrando as desigualdades que se faziam presentes e bastante acentuadas.

Seguindo a perspectiva de mudanças no âmbito da sociedade, a organização política da classe trabalhadora, representada nos movimentos sociais organizados, em 1988, é aprovada a Constituição Federal de 1988, a qual representou, indubitavelmente, um marco para a história da sociedade brasileira, pelo fato de considerar direitos de cidadania jamais enfatizados nas constituições anteriores destacando, de forma contundente, o papel do Estado no tocante a responsabilização na operacionalização das políticas públicas.

Destarte, a partir da referida Constituição, a educação passa a ser um direito social, como instituído no artigo 6º, encarregando a família e o Estado (art. 205) à seguridade desse direito. E ressaltado em inúmeros artigos no decorrer da Constituição, seja em relação o incentivo da sociedade, a qualificação para o trabalho, igualdade de condições de acesso e permanência na escola (art. 206, I) etc.

Art.205 – A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206 – O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (BRASIL, 1988).

Lamentavelmente, concomitantemente ao contexto de tentativa de efetivação da referida Constituição, emerge no Brasil na década de 1990, o sistema neoliberal, contradizendo todo o ideário exposto na Constituição, na medida em que prima o Estado mini max, ou seja, mínimo para o social e máximo para o capital, precarizando, nessa perspectiva, as políticas públicas, de modo a fortalecer o setor privado em todas as suas esferas, tornando as políticas seletivas, restritivas e focalizadas.

No tocante ao ensino superior, evidencia-se uma forte propensão à mercantilização e privatização, tornando a política de educação um nicho de mercado extremamente disputado, em decorrência de sua rentabilidade. No entanto, é importante ressaltar conforme Lima (2007),

A privatização da educação brasileira não é um elemento político exclusivo do projeto neoliberal de sociabilidade: constitui-se em uma marca histórica da inserção capitalista dependente do Brasil na economia-mundo, seja por intermédio da privatização interna das universidades públicas ou do estímulo à abertura de cursos privados. No entanto, nos anos de contra-revolução neoliberal essa privatização ganhou novos contornos (2007, p. 130).

É interessante notar, que o projeto neoliberal vem percorrendo desde da emersãodas políticas públicasbrasileiras, sobdiversas facetas, sendo inserida de forma sorrateira, tornando-se de fato perceptível a partir do governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Itamar Franco (1993-1994).

Nesse contexto, a educação superior teve seus projetos reformulados, definido por uma política marcada por privatizações, traçada no intuito de inserir o Brasil em uma economia globalizada, transnacionalizada.

Tal contexto também se fez presente no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), onde a educação deixa de ser responsabilidade do Estado, podendo ser atendida pelo público e/ou privado. Assim, a responsabilidade do Estado para com a educação é reduzida, bem como as verbas disponíveis para esta política, tornando- a ainda mais fragmentada.

Perseguindo os objetivos neoliberais dos governos anteriores, porém, dando uma tonalidade neodesenvolvimentista<sup>8</sup>, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2010), promoveu “o estabelecimento de parcerias público-privadas para o financiamento e a execução da política educacional brasileira [...], e a abertura do setor educacional, especialmente da educação superior [...]”(LIMA, 2007, p. 126).

Assim sendo, a educação no Brasil desde o descobrimento do país, até os dias atuais, perpassa por um constante processo de mudanças, tornando-se uma mercadoria sobre a lógica do mercado, voltada para atender as necessidades advindas do capital.

### **2.1.2 A Política de Educação Superior: Conquistas e desafios**

Desde o período de implantação da política neoliberal, evidencia-se que o Estado passa a se eximir de suas responsabilidades, reduzindo seu papel como responsável pela política de educação superior, por meio de encolhimento de verbas

públicas, estimulando o crescimento do setor empresarial nessa área, como também sujeitando os profissionais a uma formação conforme as exigências do mercado. No entanto, é necessário enfatizar a importância dessa política, pois:

A Universidade tem a tarefa de formar agentes culturais mobilizadores que usem a educação como instrumento de luta pela ampliação dos direitos humanos e pela consolidação da cidadania. [...] Por isso há a necessidade da democratização do Ensino Superior, democratização essa voltada não apenas a ações de acesso à universidade pública gratuita, como também com mecanismos para a permanência, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes, provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso (ALVES, 2002, p. 01)

Evidentemente, a universidade pública tem o escopo de formar discentes que futuramente estarão inseridos no mercado de trabalho, que sejam respaldados numa perspectiva crítica, comprometidos com a sociedade, capazes de utilizarem os conhecimentos adquiridos para a viabilização dos direitos, porém, diante da conjuntura vigente, totalmente impetrada pela política neoliberal, constata-se claramente que tal direito vem sendo infringido, pois tal política enceta:

[...] o sucateamento das universidades públicas e o aumento do número da expansão do ensino público privado e das matrículas nessas instituições, que recebiam verba pública através da multiplicação das fundações privadas nas IFES, além da ausência, ou pode-se dizer, a inexistência de uma política efetiva de Assistência Estudantil. Durante esse período, foi aprovada a nova e atual Lei de Diretrizes e Bases – LDB (Lei nº 9394, de 12/96), marcada por ter sido aprovada de forma autoritária e excludente, apesar de conter dispositivos que amparam a assistência estudantil, segundo a ideologia neoliberal (VASCONCELOS, 2010, p.28).

Nesse sentido, os números de expansão e de ação nos cursos começam a crescer, tendo em vista grande quantidade de ofertas de cursos, principalmente noturnos, o combate à evasão, novas inovações de forma pedagógicas, cujo propósito seria diminuir o grau de desigualdade existente, contudo o que fica veementemente visível é a lucratividade do modo de produção capitalista.

Nesse ínterim, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) surge em meio a uma situação de impasses e em aprovação no ideário neoliberal, seja no âmbito político como educacional, refere-se a um marco de referência entre as propostas educacionais no Brasil, passando por um extenso processo de tramitação.

A LDB se propõe com o intuito de regulamentar o ensino educacional, como também modificar seus princípios didáticos, distinguindo os níveis e modalidades específicos de ensino, intervindo tanto nas instituições públicas quanto privadas, alterando o compromisso social das universidades: ensino, pesquisa e extensão.

Iamamoto (2000) afirma que a LDB foi um preceito que concebeu profundos impactos na educação superior com caráter neoliberal. Tal Lei, enfatiza em seu capítulo IV, artigo 43 que a educação superior tem a finalidade de:

- I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição (BRASIL, 1996).

Diante do exposto, e seguindo a perspectiva de “conquistas”, embora de maneira muito limitada, mais especificamente no segundo mandato do governo Lula ocorrem algumas mudanças na educação, entre elas a Reforma Universitária<sup>9</sup>, juntamente com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e

---

<sup>9</sup> [...] o governo apresentou um projeto de Reforma Universitária que, ao contrário da realizada em 1968, foi amplamente debatido pela comunidade acadêmica e pela sociedade civil. Entre outros aspectos, o projeto busca recuperar o papel do Estado como ator central na condução do sistema de ensino superior, estabelecendo um marco regulatório para o funcionamento dos estabelecimentos públicos e privados. Procura também recuperar a importância das instituições federais, estipulando que a União aplicaria nelas, durante dez anos, um valor nunca inferior a 75% da receita

Expansão das Universidades Federais (REUNI), firmado pelo Decreto nº 6.096/2007, cujo objetivo é “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007).

Salienta-se ainda, que é necessária a garantia não apenas do acesso ao ensino superior, mas a permanência dos/as discentes ingressantes nessas instituições, como bem reforça a Constituição Federal de 1988, no artigo 206 “Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988).

Tal plano agrega o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) cujo principal propósito é estender o acesso e a permanência na educação superior.

Vasconcelos (2012, p.105) acentua tal ideia de forma clara, ao dizer que o governo federal “adotou uma série de medidas para retomar o crescimento do ensino superior público, criando condições para que as universidades federais promovam a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior”. No entanto, cabe ressaltar que tal método iria “beneficiar” a expansão das universidades, na medida em que amplia o acesso, contudo não garante a permanência dos discentes até o término dos respectivos cursos, e isso ocasiona também o estímulo às instituições privadas de ensino a distância (EADs), que como se observa vai oferecer um ensino precarizado, fragilizado e sem uma perspectiva crítica, atendendo, portanto, os anseios capitalistas.

Portanto, o REUNI “é a confirmação dos fios transparentes que tecem o processo de mundialização do capital” (PINTO; BELO, 2012, p.117), com vistas a ampliar o acesso em termos quantitativos à educação superior, porém, sem grandes preocupações com os aspectos qualitativos que inerentes a uma formação de qualidade, a exemplo de um maior contingente docente de modo que seja possível garantir a tríade indissociável do ensino superior, caracterizada pelo ensino, pesquisa e extensão, bem como pelo fato de assegurar condições necessárias para a manutenção e permanência dos discentes no ensino superior.

Nesse sentido, surge o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que tem por intuito garantir assistência estudantil aos/as discentes que estão

---

constitucionalmente vinculada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, excluindo desse montante as despesas realizadas com os aposentados (MARTINS, 2009, p.27)



ingressando no ensino superior. Tal Plano foi instituído em dezembro de 2007 pela portaria normativa nº 39 do MEC, sendo regulamentado pelo decreto nº 7234 de 19 de julho de 2010. O PNAES tem a finalidade de “ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal” (BRASIL, 2010).

O Brasil adere novas formas de inclusão na educação, almejando um processo de expansão e democratização do Ensino Superior, através de programas, tais como Universidade Aberta do Brasil, o Programa Universidade para Todos (PROUNI)<sup>10</sup>, o Fundo de Financiamento do Estudante de Ensino Superior (FIES)<sup>11</sup>, Sistema de Seleção Unificado (SISU)<sup>12</sup>, e o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM)<sup>13</sup>, que possibilita que através do desempenho do/da discente a seleção para cursar o ensino superior, ambos oferecidos pelo governo federal, possibilitando o acesso a instituições públicas e privadas.

No entendimento do governo, O SISU permite de forma democrática a participação de todos/as ao ensino superior, porém, há que se levar em consideração que o referido programa não analisa a desigualdade existente entre os/as discentes seja ela pública e/ou privada, haja vista que nas instituições privadas há um incentivo desses discentes em relação ao resultado esperado no ENEM, com o intuito de promover as referidas instituições, e ocorre que esse alunado se encontra visivelmente mais preparado por cursinhos, aulões, simulados e aulas regulares, ao contrário do que ocorre nas escolas públicas em constante descompasso e precarização.

---

<sup>10</sup>É o programa do Ministério da Educação que concede bolsas de estudo integrais e parciais de 50% em instituições privadas de educação superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior.

<sup>11</sup> O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitas na forma da Lei 10.260/2001. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação (Disponível em <http://sisfiesportal.mec.gov.br/?pagina=fies>, acesso em Setembro, 2016 às 11:10).

<sup>12</sup> O SISU é o sistema informatizado do Ministério da Educação por meio do qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas a candidatos participantes do Enem. (Disponível em <http://sisu.mec.gov.br/>, acesso em setembro, 2016 às 11:30)

<sup>13</sup> Criado em 1998, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) tem o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica. Podem participar do exame alunos que estão concluindo ou que já concluíram o ensino médio em anos anteriores. (Disponível em <http://portal.mec.gov.br/enem-sp-2094708791>, acesso em setembro, 2016; às 12:44)

Também, há o PROUNI, instituído pela nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, o referido programa oferece bolsas de estudos parciais e integrais em cursos de graduação em instituições privadas, utilizando-se da nota do Enem.

Art. 1º Fica instituído, sob a gestão do Ministério da Educação, o Programa Universidade para Todos - PROUNI, destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos (BRASIL, 2005).

É interessante notar que o PROUNI é muito criticado, devido ao investimento concedido pelo governo às instituições privadas em oposição a expansão das instituições públicas, assim como, pela ausência de acesso desses discentes aos programas oriundos da Assistência Estudantil, tendo em vista que o PROUNI assegura de forma parcial ou total, apenas a mensalidade, mas não a assistência estudantil (residência universitária, restaurante universitário ou qualquer outra forma de assistência estudantil), aspecto o qual se configura como dificultador para a manutenção em permanência dos discentes na educação superior, sobretudo daqueles que residem em outras cidades ou Estados.

Indubitavelmente, são necessários programas e políticas que busquem não só o acesso ao Ensino Superior, mas de igual forma a permanência neste. Embora saibamos da existência de programas com esse intuito, conforme discutido anteriormente, ainda são insuficientes para o atendimento à demanda reprimida.

## 3 CAPÍTULO 2

### 3.1 Serviço Social e Educação

#### 3.1.1 O Serviço Social na Educação: inserção, avanços e desafios

O Serviço Social é uma profissão que busca o enfrentamento da questão social, e o profissional em seu exercício da profissão é entendido como “um dos agentes executores [e elaboradores- *grifos nossos*] das políticas sociais” (NETTO, 2007, p.74), introduzido na divisão social e técnica do trabalho, passa a ser entendido através das formas definidas pelas relações de classes existentes a partir do modo de produção capitalista, não sendo apenas executores dessas políticas, participando ativamente na elaboração, fiscalização, planejamento, entre outras atribuições que lhe são peculiares.

Tal profissão, a partir do processo de renovação, que no Brasil se deu nos anos de 1960, passou a adquirir caráter crítico norteado pela teoria social marxista, buscando compreender o movimento da realidade a partir das suas múltiplas determinações.

Dentre as diversas áreas de atuação dos/as profissionais de Serviço Social, estão a de saúde e assistência social, que são as que absorvem um maior contingente de assistentes sociais, porém também há a previdência, habitação, educação, dentre outras. Contudo, cabe aqui um maior destaque para a área de educação pelo fato desta se configurar a área na qual se centra o objeto da nossa pesquisa.

A presença do Serviço Social na educação se deu na década de 1930, no entanto, somente a partir da década de 1990, conciliado ao amadurecimento do projeto ético-político profissional, foi ampliado o número de assistentes sociais no campo da educação. Porém, é importante enfatizar que nos anos de 1940 e 1950, segundo o CRESS/RJ (2016),

O Serviço Social brasileiro recebe influência norte-americana. Marcado pelo tecnicismo bebe na fonte da psicanálise, bem como da sociologia de base positivista e

funcionalista/sistêmica. Sua ênfase está na ideia de ajustamento e de ajuda psicossocial. Neste período há o início das práticas de Organização e Desenvolvimento de Comunidade, além do desenvolvimento das peculiares abordagens individuais e grupais.

Nesse período, a profissão se desenvolvia por meio “Serviço Social de Caso<sup>14</sup>”, “Serviço Social de Grupo<sup>15</sup>” e “Serviço Social de Comunidade<sup>16</sup>”. Logo após, em meados dos anos de 1960 e 1970, ocorre o movimento de renovação da profissão, seja em relação à reatualização da profissão, seja na busca por romper com o conservadorismo presente. Destarte,

O Serviço Social não ficou a reboque desses acontecimentos,impulsionando um processo de ruptura com o tradicionalismo profissional e seu ideário conservador. Tal processo condiciona, fundamentalmente, o horizonte de preocupações emergentes no âmbito do Serviço Social,exigindo novas respostas profissionais, o que derivou em significativas alterações nos campos do ensino, da pesquisa, da regulamentação da profissão e da organização político - corporativa dos assistentes sociais (IAMAMOTO, 2010, p. 32).

A partir desse contexto de intensas mudanças no interior do Serviço Social brasileiro, nos anos 2000, emergem discussões sobre a inserção desta profissão no âmbito da educação.

É interessante ressaltarmos aqui, a realização e importância do 30º Encontro Nacional do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) ocorrido em 2001, onde pela primeira vez foram construídas orientações referentes à inserção do serviço social no cenário educacional. A partir dessas discussões, foi elaborado o,

---

<sup>14</sup> O trabalho orientado por essas teorias buscava conseguir mudanças no indivíduo, a partir de novas atividades e comportamentos. O indivíduo era visto como o elemento que deveria ser trabalhado, no sentido de ajustá-lo ao meio social e fazê-lo cumprir bem seu papel no sistema vigente (ANDRADE, 2008, p.280)

<sup>15</sup> O Serviço Social de Grupo era utilizado em uma perspectiva educacional, na medida em que procurava fortalecer a personalidade individual, através da ênfase dada à capacidade de liderança, à tomada de decisão e ao aspecto psicossocial. Dentro dessa perspectiva, pode-se dizer que o Serviço Social de Grupo ajudava os indivíduos a se auto-desenvolverem e a se ajustarem aos valores e normas vigentes no contexto social em que estavam inseridos (ANDRADE, 2008, p.282)

<sup>16</sup> O DC foi uma estratégia lançada para garantir a prosperidade, o progresso social e a hegemonia ideológica americana (capitalismo), cuja política visava preservar o mundo livre de ideologias não democráticas. Partindo do pressuposto de que as populações pobres têm maior receptividade ao comunismo julgava ser preciso melhorar e desenvolver o sistema capitalista (ANDRADE, 2008, p.284)

[...] parecer jurídico número 23/2000, da Dra. Sylvia Terra, assessora jurídica do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), sobre a implantação do Serviço Social nas escolas de ensino fundamental e médio. Tal parecer aponta, dentre outros aspectos, o direito à educação, bem como o acesso e permanência nas escolas. E que a inserção dos/as assistentes sociais nas escolas é pertinente, face “às atribuições atinentes à atividade profissional respectiva, estabelecida nos artigos 4º e 5º da Lei número 8.662/1993”. Tratou-se, também, das possibilidades legais dos projetos de lei para a implantação do Serviço Social nas escolas e da discussão sobre a regulamentação da mesma nas instâncias de poder municipal e estadual (CFESS, 2001).

No ambiente escolar, a presença do/a assistente social auxilia no acesso aos serviços, especialmente quando se tratam de pessoas inseridas em um contexto socioeconômico de vulnerabilidade, proporcionando informações e viabilização de direitos.

Destarte, na área da educação, dentro dessa política o assistente social deve,

[...] identificar fatores sociais, culturais e econômicos que determinam os processos relacionados ao campo educacional, tais como: evasão escolar, baixo rendimento escolar, atitudes e comportamentos agressivos, etc. Estas atitudes constituem questões de expressiva complexidade e que precisam necessariamente de intervenção conjunta por diferentes profissionais (educadores, assistentes sociais, psicólogos dentre outros) com a ajuda da família, da sociedade civil e dirigentes governamentais, possibilitando uma ação efetiva objetivando o cumprimento da missão da educação de oferecer qualidade de ensino para a formação de cidadania (LOPES, ANDRADE & CONCEIÇÃO, 2007, p.04)

Cabe aos/as profissionais de serviço social, assim como aos/as demais profissionais que atuam na equipe escolar, buscarem manter interlocução e interação com a família ou responsável dos/as discentes, para um trabalho interventivo, aproximando a família ao âmbito escolar.

Barbosa (2016, p.25), afirma que o serviço social dispõe de uma relação direta com a educação, seja na sua significância seja no seu comprometimento com a sociedade em geral, em manter-se forte a fim de romper com uma construção alienante. O autor ainda é preciso ao afirmar que o/a profissional de serviço social cumpre seu papel “através de um trabalho socioeducativo realmente embasado em

seu ideal social e político de tornar os indivíduos capazes de autonomamente lutarem pelos seus direitos”.

Assim, na perspectiva de fortalecimento do projeto ético-político, o trabalho do/a assistente social na Política de Educação pressupõe a referência a uma concepção de educação emancipadora, que possibilite aos indivíduos sociais o desenvolvimento de suas potencialidades e capacidades como gênero humano (CFESS, 2012, p.33).

Portanto, é evidente a necessidade e importância dos/as profissionais de Serviço Social para a efetivação da política de educação brasileira, sobretudo em uma conjuntura restritiva de direitos, onde se propõe a cada momento, de forma mais contundente e, ao mesmo tempo, velada, a alienação da população, de modo a assegurar a perpetuação da sociabilidade imposta pelo modo de produção capitalista.

Nesse conflituoso contexto, perpassado por intensas correlações de forças,

O Serviço Social brasileiro ousa dizer não à forma como vem sendo implementado o acesso da população brasileira ao ensino, que, em larga medida, extravia seu caráter público, presencial, laico e de qualidade, em um contexto neoliberal, no qual o Estado empenha-se para atender às exigências dos organismos internacionais, criando as condições para a institucionalização de um padrão educacional que dissemina uma educação que contribui para a manutenção da desigualdade social e de relações sociais que alienam, desumanizam e conferem adesão passiva ao modo de ser burguês (CFESS, 2012, p.02).

Desse modo, ratifica-se a proeminência da inserção dos/as profissionais de Serviço Social na política de educação brasileira, tendo em vista que é a partir da operacionalização eficaz da referida política, que se pode desnudar nos sujeitos sociais a construção da perspectiva de direitos de cidadania e dever do Estado.

Segundo Silveira (2012, p.55), a assistência estudantil no Brasil, iniciou-se na década de 1930 ao começo da década de 1980. Neste período, o governo pouco se preocupava, sendo a garantia a esse direito direcionada apenas ao ensino básico e médio. No entanto, somente em meados da década de 1980, a questão de permanência dos universitários é discutida na esfera acadêmica, através dos Encontros Nacionais de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis e mediante reuniões sucedidas pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES.

No campo da educação, especificamente no tocante à educação superior, cabe aos/as assistentes sociais a tarefa de buscar mecanismos capazes de viabilizar a permanência dos/as discentes que recorrem à assistência estudantil nos cursos de graduação, tendo em vista que os/as estudantes oriundos/as da classe trabalhadora, e que residem em cidades ou Estados mais distantes, não têm condições de se manterem no ensino superior.

Ressalta-se que o quantitativo de ingressantes nas universidades públicas e privadas no Brasil foi ampliado consideravelmente em virtude das políticas direcionadas para a democratização da inserção no ensino superior.

Na perspectiva da ampliação do quantitativo de vagas no âmbito das instituições públicas, foi criado no ano de 2007, instituído pelo Decreto nº6.096, de 24 de abril do mesmo ano, o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades (REUNI), muito embora se garanta o acesso, mas não garanta a permanência desses ingressantes até a conclusão do ensino superior.

Art. 1º Fica instituído o Programa de Apoio a Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.

§ 1º O Programa tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano (BRASIL, 2007).

Desse modo, o REUNI, embora apareça como uma expansão das universidades resulta numa redução da qualidade do ensino, haja vista que o fato do governo expandir a educação, não é suficiente, pois não possibilita mecanismos de permanência aos/as discentes na universidade.

Ainda na perspectiva de ampliar a inserção no ensino superior, porém na lógica privatista, foi criado o Programa Universidade Para Todos (ProUni), pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, com o escopo de oferecer bolsas de estudo em instituições privadas de ensino superior. A inserção no referido programa, se dá através da nota obtida no Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM). “As bolsas integrais são concedidas aos estudantes que comprovarem renda bruta familiar inferior a um salário-mínimo e meio por pessoa, já para os casos de bolsa parcial, ou

seja, de 50% (cinquenta por cento) do valor da mensalidade do curso, a renda familiar não pode exceder três salários-mínimos por pessoa” (www.mec.gov.br).

Remontando a nossa análise à perspectiva pública da política de educação superior, não podemos emitir a análise de que o REUNI, na verdade, possibilitou em termos numéricos, o aumento quantitativo e globalizado do acesso à educação superior, porém, não possibilitou que essa inserção seja sinônimo de garantia de condições de permanência, gerando uma dualidade entre se inserir e permanecer no ensino superior, quando na verdade, na maioria dos casos, a inserção deveria ser sinônimo de permanência e conclusão do curso escolhido.

Buscando lidar com as questões impostas à assistência estudantil, é instituído em 1987, o Fórum Nacional de Pró-Reitores e Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), em conjunto com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES<sup>17</sup>, cujo sentido era consolidar a Assistência Estudantil enquanto direito.

Criado em outubro de 1987, o FONAPRACE congrega os pró-reitores, sub-reitores, decanos ou responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das instituições de ensino superior (IES) públicas do Brasil. Tem por objetivos: formular políticas e diretrizes básicas que permitam a articulação e o fornecimento das ações comuns na área de assuntos comunitários e estudantis, em nível regional e nacional; Assessorar permanentemente a Andifes; Participar ativamente na defesa da educação pública, gratuita, com qualidade acadêmica e científica, e comprometida com a sociedade que a mantém; Promover e apoiar estudos e pesquisas na área de sua competência, realizar congressos, conferências, seminários e eventos assemelhados (FONAPRACE, 2001).

Ainda na perspectiva de fortalecer a Assistência Estudantil, foi criado no ano de 2007, sendo mais fortalecido em 2010, com a aprovação do decreto 7.234, e destaque no “Art. 1º O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, executado no âmbito do Ministério da Educação, tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal”.

O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi um grande passo para a assistência aos/as estudantes, tencionando a melhoria de acesso e a

---

<sup>17</sup>A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes, criada em 23 de maio de 1989, é a representante oficial das universidades federais na interlocução com o governo federal, com as associações de professores, de técnico-administrativos, de estudantes e com a sociedade em geral (ANDIFES, 2012).



permanência na instituição, garantindo programas vinculados à moradia, alimentação, esporte etc, ultrapassando a ideia de ser apenas um programa de repasse financeiro, possibilitando, assim, a democratização do ensino superior público, de qualidade e gratuito.

Vale evidenciar, com base nos estudos de Sposati (2006 *apud* YAZBEK, 2006, p. 11), que “toda política social é assistencial na medida em que se propõe a prover uma necessidade”, ou seja, a Assistência Estudantil materializa-se na índole assistencial da política da educação.

No entanto, como toda política social, apresenta um duplo caráter: um de inclusão, no sentido de atender as necessidades que são expostas pelos/as usuários/as; e uma de exclusão, por questão da falta de vagas, falta de melhor planejamento etc, sendo seletiva, burocrática, marcas do neoliberalismo no país.

No âmbito do PNAES, os/as usuários/as da assistência estudantil devem apresentar o seguinte perfil:

Art. 5º serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior” (BRASIL, 2010).

Cabe-nos ressaltar, que o PNAES imprime a Assistência Estudantil o caráter de política pública, porém a mesma não tem força de lei, e sim de decreto presidencial e isso faz com que haja a não obrigatoriedade do Estado em concretizar a política em questão, como explícito abaixo

Um decreto possui força de lei, porém não se configura precisamente como lei. Ademais, não se configura como tal, por não possuir na sua gênese a concorrência respectiva do poder Legislativo e do poder Judiciário. Em outras palavras, o decreto tem menos força normativa porque não é inserido na discussão e aprovação legislativa (FILHO & CARRION, 2009, p.34).

Desse modo, a inexistência de uma lei que estabeleça a responsabilização do Estado no tocante à política de Assistência Estudantil, tal política fica a mercê dos desmandos dos/as gestores/as das instituições públicas de ensino superior.

Apesar desse percalço existente, o PNAES foi um grande avanço para a assistência aos/as estudantes, viabilizando o acesso e permanência na instituição, garantindo programas vinculados à moradia, alimentação e esporte, contudo

observa-se que esse acesso não garante que os/as discentes consigam concluir o ensino superior, tendo em vista que esse acesso aos programas da assistência estudantil é focalizado em um público específico.

Cabe destacar que a política ora discutida, tem por objetivos em seu artigo 2º:

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

O programa institui no parágrafo 1º do art. 3º, que: “As ações de assistência estudantil deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V- inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e super dotação” (BRASIL, 2010).

Os/as profissionais de Serviço Social são mediadores/as no processo de operacionalização da assistência estudantil. Tais profissionais exercem importante papel na criação, execução e coordenação das ações que asseguram os direitos dos/as estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, viabilizando os programas ofertados.

No entanto deve-se destacar, assim como afirma Brant, 2015:

A demanda do auxílio estudantil, desde o processo de elaboração, seleção até a concessão e acompanhamento tem reduzido o Serviço Social ao Auxílio Estudantil. [...] ao se reduzir o campo de intervenção ao programa de auxílio estudantil, dificulta, ao profissional do Serviço Social, trabalhar na perspectiva de ampliação de noção de cidadania e acesso às ações que dizem respeito a todo o universo estudantil. O auxílio estudantil é uma ação dentro da Política de Assistência Estudantil, devendo esta última apresentar um caráter abrangente a todos (as) estudantes (BRANT, 2015, online).

Apesar dos obstáculos em relação à execução e efetivação das ações da assistência estudantil, de maneira notável a omissão do Estado no tocante a operacionalização desta política, se faz cada vez mais premente a presença de assistentes sociais que procurem compreender e desenvolver a assistência estudantil a partir das reais necessidades, com respaldo na concepção de

autonomia e garantia de direitos, na perspectiva de contribuir para a emancipação humana.

### **3.1.2 O Serviço Social na UFCG**

O Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG passou por diversas transformações ao longo de sua história. Para analisarmos as consequências dessas transformações, é imprescindível retomarmos, ainda que sucintamente, a gênese da referida instituição.

A UFCG/CCJS campus Sousa/PB, emergiu através da Faculdade de Direito de Sousa, no ano de 1971, iniciando com o curso de Direito e sua administração, todavia, no ano de 1979 foi inserida na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), instituindo assim o Campus VI da UFPB. Entretanto, em 2002, houve o desmembramento da UFPB, emergindo a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

No ano de 2005, emergiu na UFCG campus Sousa, o curso de Ciências Contábeis. Posteriormente, surgiu o de Administração de Empresas, ambos funcionando em período noturno. Em 2009, foi criado o curso de bacharelado em Serviço Social na instituição, em período matutino.

Não iremos nos adentrar nessa contextualização histórica do CCJS, já que o nosso objeto de estudo não é esse, nos propusemos a analisar a Assistência Estudantil da referida instituição de ensino superior, analisando-a a partir da perspectiva dos/as discentes inseridos/as na residência universitária.

Segundo informações da primeira Assistente Social da Instituição de Ensino, Consuelo Barreto, o Serviço Social foi inserido na UFCG/CCJS no ano de 1985, sendo designada para atuar junto à assistência estudantil, na perspectiva de reivindicar a garantia dos direitos dos/as discentes, ficando esta profissional encarregada pela residência universitária, restaurante universitário, bem como pela viabilização do atendimento médico e odontológico voltado para os/as estudantes atendidos/as pela assistência estudantil.

Inicialmente, o atendimento médico e odontológico era efetivado de forma terceirizada, isto é, os/as discentes apresentavam as demandas por esses serviços e, posteriormente eram encaminhados/as para clínicas privadas conveniadas.

Em meados do ano de 1986, as Residências Universitárias (RUN) feminina e masculina não tinham prédio próprio, funcionavam no centro da cidade em imóveis alugados, tendo em vista a insuficiência de espaço no campus para a sua construção, atendendo assim, a uma demanda reduzida em decorrência dos imóveis serem pequenos.

Destarte, foram alugadas duas casas, uma para os discentes do sexo masculino e outra para as discentes do sexo feminino, ambas nas imediações do campus o que, de certa forma, traria mais facilidade para os/as discentes com relação ao percurso até a universidade.

A partir dessas pequenas conquistas, a assistência estudantil dá seu primeiro passo em busca da eficácia dos programas oferecidos pela instituição.

Indubitavelmente, em tempos mais remotos, conforme fora discutido no item anterior, uma das grandes conquistas obtidas pela assistência estudantil, foi a criação do PNAES.

### **3.1.2.1 Programas vinculados à Assistência Estudantil existentes no CCJS, campus Sousa/PB**

Em termos de Assistência estudantil, a UFCG/Campus Sousa conta com os respectivos programas: Residência Universitária (RUN), Restaurante Universitário (RU), Bolsa de Auxílio à graduação (REUNI) e Assistência a Quilombolas e Indígenas.

Todos os programas mencionados têm como público alvo discentes, cuja renda per capita é de até um salário mínimo e meio, conforme preconizado pelo PNAES e apresentado anteriormente neste trabalho.

O programa Restaurante Universitário (RU) está respaldado pelo decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, o qual trata do Programa Nacional de Assistência Estudantil pela portaria PRAC nº 01/2007, UFCG nº 075/29014, que esclarece os critérios para a seleção de comensais para os Restaurantes Universitários da UFCG no uso de suas atribuições legais.

Os critérios de seleção para o respectivo programa são: matrícula mínima em quinze créditos, ser preferencialmente de outra cidade, não possuir outra graduação e, se inserir no perfil socioeconômico proposto pelo PNAES (2010).

O processo seletivo é feito no início de cada semestre letivo, tendo a frente à administração da Pró Reitoria de Assuntos Comunitários (PRAC), a Coordenação de Apoio Estudantil (CAE) e o Setor de Serviço Social, onde se divulga o edital e a partir da entrega dos documentos, realiza-se a análise documental dos/as selecionados/as a utilizarem o restaurante universitário.

O Restaurante Universitário tem por escopo acolher os/as discentes da UFCG, garantindo, o fornecimento de refeições, tanto no almoço, quanto no jantar, de forma a “viabilizar”, a sua permanência na universidade.

Para que os/as discentes possam ingressar no referido programa, é necessário que os/as mesmos/as apresentem a documentação comprobatória, leva em consideração a situação familiar, sendo necessária a identificação do/a candidato/a, bem como dos/as integrantes da sua família, comprovante de domicílio, de despesas, certificado de conclusão do ensino médio, matrícula no curso ao qual está vinculado/a e documentos que comprovem situações específicas do contexto familiar, a exemplo de tutela, guarda, separação, deficiência, doenças, óbito e divórcio, caso existam essas peculiaridades.

A Residência Universitária (RUN) tem por objetivo promover o acolhimento dos/as discentes com perfil de vulnerabilidade socioeconômica que não residam em Sousa - PB, cuja renda familiar per capita seja inferior a um salário mínimo e meio, que de preferência tenham concluído o ensino médio na rede pública de ensino, ou se caso em escolas particulares, que tenham cursado com bolsa integral.

O referido programa fornece moradia, café da manhã, almoço e jantar até o término do curso. O café da manhã é realizado na residência, e as outras refeições no Restaurante Universitário (RU). Porém, aos finais de semana, as refeições são feitas pelos/as próprios/as discentes residentes na RUN, mas os alimentos são disponibilizados pela Universidade.

O programa Residência Universitária está resguardado pelo decreto 7234/2010 e na Resolução nº. 07/2015, o processo seletivo ocorre no início de cada semestre com a divulgação de edital. A seleção se processa de duas fases: análise documental e entrevistas.

Como podemos observar no decorrer do estágio realizado, é realizada com os/as selecionados/as uma reunião com o/a assistente social e caso não se apresente na data e hora marcada e não justifiquem ou comuniquem anteriormente, são excluídos/as do programa. Nessa ocasião, é assinado um termo de compromisso, o qual se refere aos/as estudantes tomarem conhecimento dos parâmetros fundamentais para permanecer no programa, onde o/a discente afirma se concordará com o cumprimento das exigências do Regimento Geral das Residências (Resolução nº. 07/2015) para o relacionamento e convívio harmonioso com outros/as residentes.

A Bolsa de Auxílio ao Ensino de Graduação, popularmente denominada de bolsa REUNI, foi instituída pela PRAC no ano de 2009, por meio da expansão do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Apesar da mesma sigla, se referem a assuntos diferentes: o primeiro refere-se ao auxílio fornecido aos/as discentes de graduação, o segundo refere-se à expansão das IFES.

A Bolsa de Auxílio ao Ensino de Graduação foi criada em 2009, inicialmente com 600 bolsas, posteriormente, esse quantitativo passou para 1200. Atualmente, dispõe de 2000 bolsas, esse total de bolsas não é só para a UFCG/CCJS/Campus Sousa, mas para todos os campi da UFCG, assim sendo o valor mensal é R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), que será mantido até a conclusão do curso.

Por conseguinte, se o/a discente for selecionada/o para o auxílio à graduação (REUNI), não pode permanecer na RUN, nem no RU, tendo que escolher entre um ou outro, como se o auxílio financeiro, fosse suficiente, para assumir os custos diários da faculdade, a exemplo das xerox, refeições, transporte, moradia etc.

Trata-se, portanto, de um programa reducionista, seletivo e precarizado, de caráter neoliberal, assim como todos os outros programas e políticas existentes no cenário contemporâneo, o qual é totalmente delineado pela política neoliberal<sup>18</sup>.

---

<sup>18</sup> A política neoliberal representa os interesses do grande capital, o qual necessita de plena liberdade para estabelecer suas relações de negociação em livre mercado no plano internacional, onde possa impor as suas próprias regras. Para estabelecer estas condições, o capital precisa minimizar a capacidade interventiva do Estado e suas políticas sociais, assim como, investir decisivamente na desarticulação e fragilização da capacidade de organização e luta dos trabalhadores, os quais enfraquecidos são obrigados a submeterem-se as novas regras do sistema capitalista. (Costa, p.3, 2016).

Para que o/a discente possa ter acesso ao REUNI, não deve ter vinculação a outros programas da Assistência Estudantil, do mesmo modo a outros programas de cunho acadêmico da UFCG, exceto se caso o/a discente participe como voluntário, como a monitoria e a extensão. Destarte, todo esse processo denota o caráter contrário, já que um é assistencial e o outro é por aptidão do/a discente, logo, uma bolsa não deveria impossibilitar o recebimento da outra.

Sendo assim, contradizendo, a portaria nº 144, de 06 de agosto de 2014, conforme estabelecido no “art. 2º. Poderão requerer inscrição no Programa de Auxílio ao Ensino de Graduação, estudantes não beneficiados em outros programas de bolsas de assistência estudantil” (UFCG, 2014, portaria nº 144).

Tal portaria, ao ser assinada pelo reitor, deveria garantir que o/a discente pudesse usufruir dos seus direitos assegurados, e portanto, ficar com as referidas bolsas sem perda de nenhuma, já que uma bolsa é de caráter assistencialista e a outra meritocrática.

Contrapondo aos programas acima explicitados, a análise documental da Bolsa de Auxílio ao Ensino de Graduação (REUNI) acontece por meio de uma equipe multidisciplinar composta por Assistentes Sociais de todos os campi da UFCG. Entretanto, não é permitido aos/as assistentes sociais, selecionarem os/as discentes de seu campus, ou seja, os/as assistentes sociais de cada campus analisará a documentação de outro campus, de forma a assegurar a neutralidade do processo seletivo.

Nesse sentido, os/as discentes que são selecionados/as para os programas, REUNI, RU e a RUN, são semestralmente acompanhados/as por meio do controle acadêmico, com o intuito de verificar seu desempenho se reprovou (ou não) nas disciplinas. Caso reprove é chamado pela assistente social e assina um termo de compromisso, afirmando que não mais ficará reprovado/a, e se caso isso volte a ocorrer, será excluído/a do programa.

Assim sendo, o processo de fiscalização que ocorre semestralmente é uma forma de constranger os/as discentes, pois não se leva em consideração a análise da realidade a qual os/as mesmas estão inseridos/as.

Outra condicionalidade posta aos selecionados/as, é o quantitativo de créditos que o/a discente tem que cursar para ter direito a permanecer com a bolsa, o/a mesmo/a terá direito a continuar com o auxílio nos períodos seguintes, até a conclusão do curso, desde que tenha aprovação em, no mínimo cinco disciplinas por

período letivo, quando matriculado em curso diurno, e no mínimo quatro disciplinas, quando matriculado em curso noturno.

Há exceção quando o/a discente está no último período, cursando Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), onde geralmente cursa uma ou duas disciplinas, permanecendo com a bolsa. Porém, se o/a mesmo/a ficar apenas com o TCC, é necessário que seja entregue declaração do/a orientador/a com a justificativa do/a discente não ter apresentado/a o trabalho de conclusão de curso no período anterior, caso contrário o/a discente poderá perder a bolsa. Nesse sentido, o/a usuário/a é convidado/a comparecer ao serviço social a fim de esclarecer os motivos pelos quais não estão atendendo os critérios do programa.

Posto isso, cabe ressaltar que a bolsa permanência foi implementada pelo Governo Federal, através da portaria nº 389, de 09 de maio de 2013, do Ministério da Educação (MEC), que cria o Programa de Bolsa Permanência e dá outras providências.

O respectivo programa tem por objetivos básicos os seguintes aspectos:

Art. 3º: I - viabilizar a permanência, no curso de graduação, de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial os indígenas e quilombolas; II - reduzir custos de manutenção de vagas ociosas em decorrência de evasão estudantil; e III - promover a democratização do acesso ao ensino superior, por meio da adoção de ações complementares de promoção do desempenho acadêmico (BRASIL, 2013).

A Bolsa Permanência atende a um público diferenciado, tendo por premissa que os/as discentes estejam “matriculados em cursos de graduação com carga horária média superior ou igual a cinco horas diárias, que não ultrapassem dois semestres do tempo regular do curso de graduação e que tenham renda per capita não superior a um salário mínimo e meio. Além disso, atende aos estudantes quilombolas e indígenas, independente da carga horária do curso” (BRASIL, 2013), o cadastramento se dá no site do MEC.

Enfatizamos que na UFCG/CCJS não tem nenhum curso que atenda as condicionalidades da portaria, todavia tem um/a indígena e um/a quilombola que recebem a respectiva bolsa. O valor da bolsa é de R\$ 900,00 (novecentos reais), sendo que a mesma é cumulativa com outras bolsas, sejam, elas assistenciais ou meritocráticas. Contudo, o valor não pode ultrapassar a per capita familiar de um salário mínimo e meio.



Cabe destacar, que apesar dos programas ora apresentados estarem ancorados a leis, decretos, portarias ou similares, há a premente necessidade de que a Assistência Estudantil tenha mais visibilidade. Todavia, sabemos que isso ocorre de forma estratégica para que o governo não disponibilize maiores recursos do fundo público com setores considerados improdutivos, como é o caso da educação.

Por fim, este capítulo teve o intuito de indicar alguns pontos sobre o Serviço Social dentro da política de educação. Mais ainda trazer a tona como o profissional buscar fortalecer e ampliar as redes de acesso aos direitos e reconhecimento de seus usuários, no atendimento as demandas referentes à realização de seu exercício de trabalho.

## 4 CAPÍTULO 3

### 4.1 A PESQUISA

A pesquisa realizada para a efetivação deste Trabalho de conclusão de curso (TCC) foi de caráter essencialmente qualitativo, compreendendo como sujeito da pesquisa os/as discentes inseridos/as na Residência Universitária da UFCG/Sousa, localizada na Rodovia Governador Antônio Mariz, BR 230-KM 466,5 em Sousa – PB.

Atualmente, a Residência Universitária da UFCG/CCJS conta com 85 discentes. No entanto, nossa amostra não foi probabilística do tipo intencional, aplicada com um total de 16 (dezesesseis) discentes inseridos na residência universitária feminina e masculina da UFCG, campus Sousa/PB.

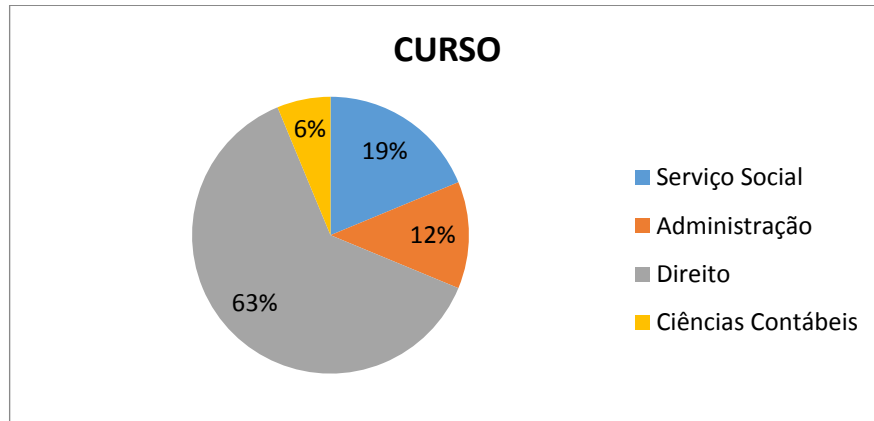
Para a realização da pesquisa, utilizamos para coleta de dados o questionário semi-estruturado, haja vista que com base em Gil (1999, p.128), pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”.

Tendo em vista a pesquisa como construção da realidade, utilizaremos para processo de pesquisa, a teoria marxista, propondo à abordagem dialética, que nos permitirá “(...) analisar os contextos históricos, as determinações socioeconômicas dos fenômenos, as relações sociais de produção e de dominação com a compreensão das representações sociais” (MINAYO, 2012, p.24). Está ideia nos permitir entender que o método dialético contextualiza o objeto de estudo na dinâmica histórica, cultural e social.

Mais ainda, de acordo com Netto (2011, p.53), “O método implica, pois, para Marx, uma determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações”. Dessa forma, é indispensável tal método, pois este nos possibilitará chegar à essência da verdadeira questão.

#### 4.2.1 Análise dos dados da pesquisa

##### Gráfico 01: Cursos em que os/as discentes pesquisados/as estão inseridos/as



**FONTE:** Dados primários. Pesquisa realizada em julho/agosto de 2016.

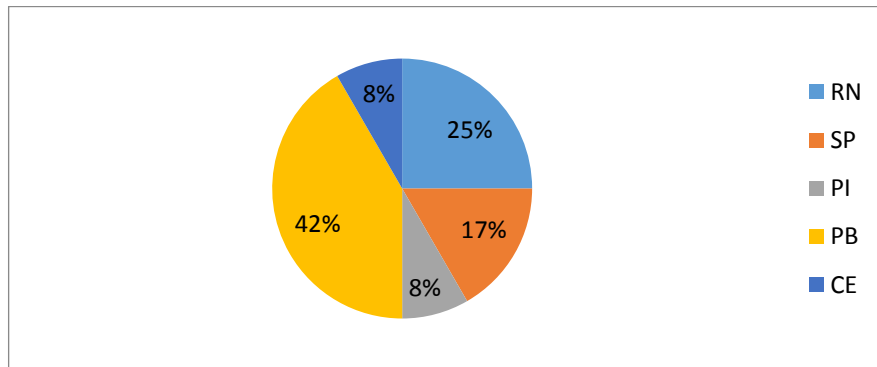
Os sujeitos da pesquisa estão inseridos nos cursos ofertados pela UFCG/CCJS, conforme é possível visualizar no gráfico, 63% (sessenta e três por cento) do curso de direito, 19% (dezenove por cento) discentes de serviço social, 6% (seis por cento) cursam contábeis e 12% (doze por cento) estudantes de administração. Diante dos cursos ofertados e seus turnos, visualizamos que 29% (vinte e nove por cento) estão inseridos em cursos noturnos, 18% (dezoito por cento) inseridos em cursos vespertinos e 53% (cinquenta e três por cento) optaram por cursos matutinos.

No tocante ao período em que estão cursando, observa-se que a maioria dos sujeitos da pesquisa 40% (quarenta por cento) está inserida no 3º período dos seus respectivos cursos, 13% (treze por cento) dos discentes estão no 1º período do curso, 27% (vinte e sete por cento) cursam o 5º período, 6% (seis por cento) estão inseridos no 6º período, 7% (sete por cento) encontram-se no 7º período e, 7% (sete por cento) cursam o 9º período.

No que concerne à identidade de gênero dos sujeitos, 53% (cinquenta e três por cento) se declara do sexo feminino, 41% (quarenta e um por cento), declaram de sexo masculino, 6% (seis por cento) não revelou. Com relação ao estado civil, todos/as os/as discentes que participaram da pesquisa revelaram ser solteiros/as.

Neste caso, fica evidente que a procura pela Residência Universitária ocorre logo após a inserção do discente na instituição, de maneira que facilite o acesso como também mais tempo para se dedicar aos seus estudos.

## GRÁFICO 02: Origem dos/as discentes inseridos/as na RUN



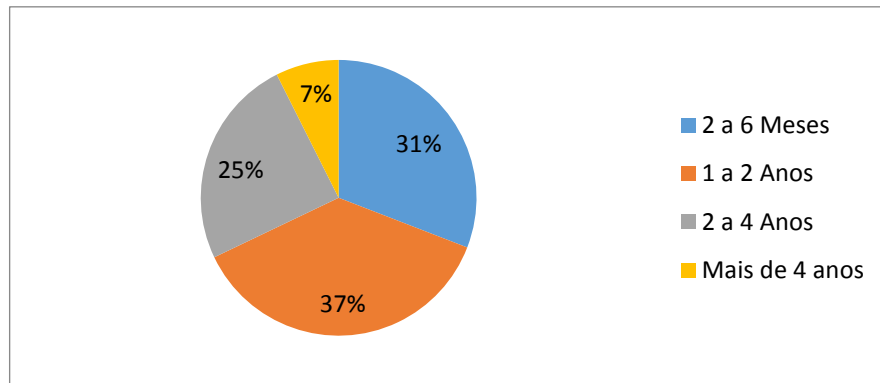
**FONTE:** Dados primários. Pesquisa realizada em julho/agosto de 2016.

Em relação à origem dos sujeitos pesquisados, evidenciou-se, certamente, que 42% (quarenta e dois por cento) são do Estado da Paraíba, os demais, de forma expressiva, totalizando 33% (trinta e três por cento) são oriundos de Estados circunvizinhos, como Rio Grande do Norte e Ceará. Porém, 25% (vinte e cinco por cento) são de Estados bem mais distantes, como Piauí e São Paulo.

No que se refere à faixa etária dos/as discentes, 50% (cinquenta por cento) dos/as estudantes que participaram da pesquisa, estão inseridos/as em faixa etária compreendida entre 18 e 20 anos, 25% (vinte e cinco por cento) têm entre 21 e 23 anos, 19% (dezenove por cento) entre 24 e 26 anos, e 6% entre 27 e 29 anos. Ou seja, pode-se afirmar que 75% (setenta e cinco por cento) dos/as discentes tem entre 18 e 23 anos, representando, portanto, um público bastante jovem, o qual saiu do ensino médio diretamente para o ingresso no curso superior almejado, haja vista a

Conforme o Portal Brasil (2016), a partir de pesquisa realizada e publicada pela Síntese de Indicadores Sociais do ano de 2015, evidencia-se que vem sendo ampliada vertiginosamente a inserção de jovens entre 18 e 24 anos no ensino superior, chegando a um percentual de 58,5%.

### GRÁFICO 03: Tempo de inserção dos/as discentes na RUN

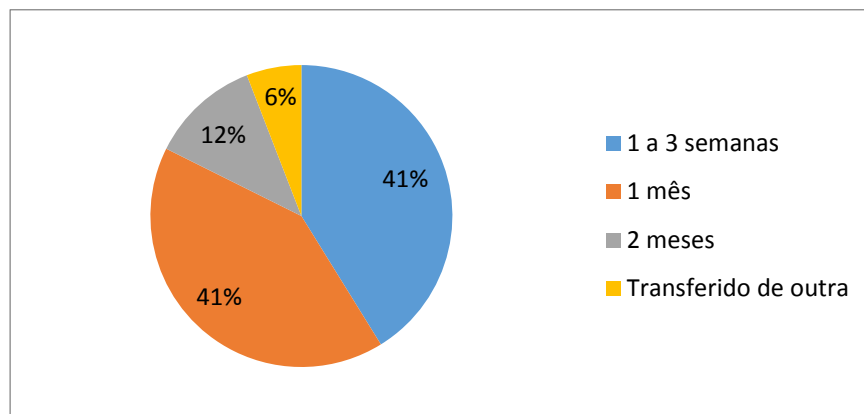


**FONTE:** Dados primários. Pesquisa realizada em julho/agosto de 2016.

Em relação ao tempo de inserção em que estão inseridos na residência universitária, 37% (trinta e sete por cento) dos/as residentes se encontram na RUN entre um e dois meses; 31% (trinta e um por cento) entre dois e seis meses; 25% (vinte e cinco por cento) dois a quatro anos e 7% (sete por cento) há mais de quatro anos. Compilando os dois maiores percentuais identificados na pesquisa e apresentados no gráfico acima, pode-se depreender que 68% (sessenta e oito por cento) dos discentes que participaram da pesquisa, estão inseridos/as na RUN no período de um há seis meses.

Cabe notar, que a RUN se configura como uma das formas de desenvolvimento da assistência estudantil, a qual destina-se a discentes que desejam concluir seus cursos superiores, mas nem sempre teriam possibilidade de realizar tal conquista sem esse aparato.

### GRAFICO 04: Tempo de espera para inserção na RUN

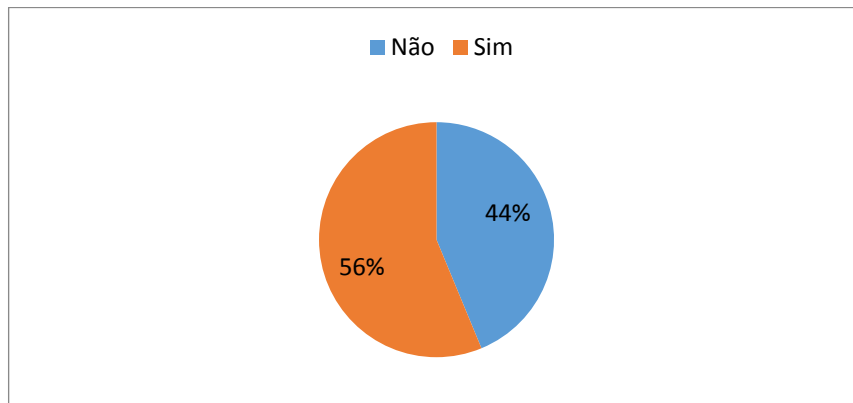


**FONTE:** Dados primários. Pesquisa realizada em julho/agosto de 2016.

No tocante ao tempo de espera para inserção na RUN, 44% (quarenta e quatro por cento) esperaram de uma a três semanas, 41% (quarenta e um por cento) aguardaram cerca de um mês, 12% (doze por cento) mais ou menos dois meses e, 6% (seis por cento) já eram usuários/as do programa em outra instituição, e após ser transferido de curso, foi encaminhado para a residência do CCJS.

Diante do exposto, podemos perceber como o período quais estão inseridos condiz com o ingresso deste na universidade, ou corresponde com as mudanças socioeconômicas, dentro a RUN como uma alternativa de melhores condições para continuar sua vida acadêmica.

#### **GRAFICO 05: Contato dos/as discentes com o Serviço Social**



**FONTE:** Dados primários. Pesquisa realizada em julho/agosto de 2016.

Dentre os/as discentes que mantêm contato com o Serviço Social na instituição, 56% (cinquenta e seis por cento) só procurou o Serviço Social de duas a cinco vezes, e 44% (quarenta e quatro por cento) buscou mais de seis vezes.

Os/as discentes não têm o hábito de procurar a Assistência Estudantil, recorrendo a esta apenas quando surgem: conflitos internos necessitam de documentação ou por questões estruturais da casa (RUN).

Com relação ao atendimento a essas demandas, 78% (setenta e oito por cento) afirmaram que tem as demandas apresentadas atendidas, enquanto que 22% (vinte e dois por cento) declararam que não tiveram êxito diante das necessidades apresentadas ao Serviço Social.

É interessante notar que nem sempre as questões apresentadas ao Serviço Social são passíveis de atendimento, em decorrência dos aspectos objetivos que envolvem e delineiam a operacionalização da assistência estudantil, assim como a

dinâmica de desenvolvimento das políticas públicas como um todo. Contudo, também cabe enfatizar que se faz necessária de forma cada vez mais contundente, o desenvolvimento de um perfil profissional comprometido com a perspectiva do fortalecimento dos direitos dos/as usuários/as.

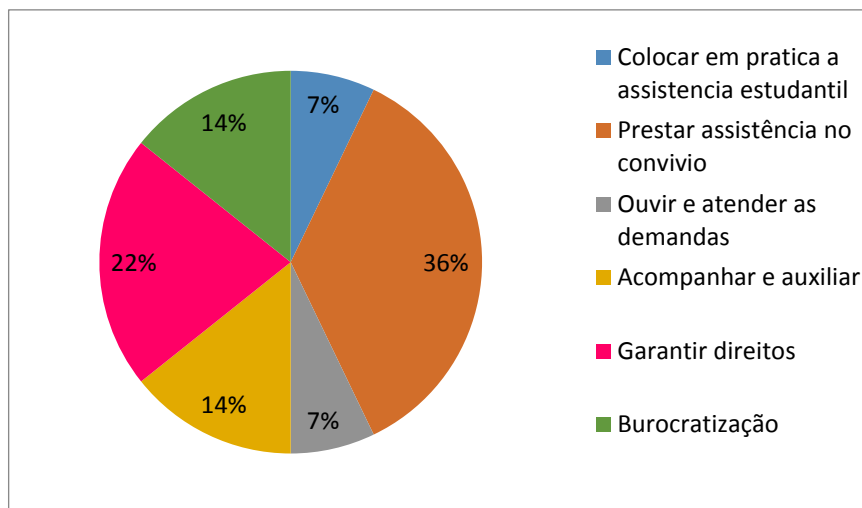
Daí, é imprescindível o investimento nas condições subjetivas que ancoram a intelectualidade desse/a profissional, pois quanto mais conhecimento sobre a política em que está inserido/as, mais possibilidades de respostas competentes, bem como da construção de perspectivas mediadoras de intervenção, em face as correlações de forças existentes no cenário institucional.

Entre outros aspectos apontados pelos/as discentes que se configuram como dificultadores para o atendimento às demandas os que apareceram com maior proeminência durante a pesquisa, foram a burocracia colocada como um forte entrave para a viabilização dos direitos dos/as residentes, bem como a ausência de diálogo das instâncias administrativas, incluindo nesta o Serviço Social, para com os/as estudantes da RUN. Um outro aspecto sinalizado, foi a inexistência de um ambulatório médico na UFCG, o qual possa atender as demandas de saúde da população universitária, sobretudo dos/as residentes, haja vista que quando estes/as adoecem precisam se deslocarem ao Hospital Regional da cidade, que além de ficar distante do campus, é superlotado.

Diante desse contexto, os discentes apontaram alguns elementos que se configuram como alternativas para o atendimento às demandas, quais sejam: realização de reuniões com os/as residentes e com os/as representantes do Campus, pois, de acordo com os sujeitos pesquisados, isso melhoraria o diálogo e facilitaria, propiciando, conseqüentemente, o atendimento e resolução das demandas, representando 56% (cinquenta e seis por cento) das sugestões. Porém, 31% (trinta e um por cento), acredita que não há solução e 13% abstiveram-se de suas respostas.

Os/as discentes enfatizaram a necessidade e importância de uma maior aproximação do Serviço Social, tendo em vista que a profissão esteja, ou dever estar, a frente da assistência estudantil. No entanto, os/as estudantes também enfatizaram a necessidade de uma maior aproximação por parte da direção do campus, pois se sentem desamparados/as, entregues ao acaso das circunstâncias que possam vir a ocorrer na UFCG.

**GRAFICO 06: Papel que o Serviço Social inserido na Assistência Estudantil deve/deveria desempenhar, a partir da concepção dos/as discentes da RUN**



**FONTE:** Dados primários. Pesquisa realizada em julho/agosto de 2016.

Em relação ao papel desenvolvido pelo Serviço Social na concepção dos/as discentes da RUN, 22% (vinte e dois por cento) acreditam que o serviço social busca garantir os direitos dos/as estudantes; 36% (trinta e seis por cento) ressaltaram que tal profissão deveria prestar assistência no convívio; 14% (catorze por cento) acreditam que o serviço social deve acompanhar e auxiliar o usuário; 14% (catorze por cento) referiram-se ao serviço social como “burocratização”; 7% (sete por cento) acreditam que o Serviço Social deve colocar em prática a assistência estudantil; 7% (sete por cento) acreditam que o Serviço Social deveria ouvir e atender as demandas.

A partir dos dados ora apresentados, evidencia-se uma certa omissão do Serviço Social diante dos direitos que devem ser assegurados aos/as estudantes inseridos/as na residência, porém, também é notória o desconhecimento sobre o que realmente se configura como atribuições e competências do Serviço Social, imputando a esta profissão responsabilidades que não lhe diz respeito, a exemplo da resolução de problemas de convívio entre os/as próprios/as discentes.

Todavia, o/a assistente social não deve reduzir as suas atribuições, no desenvolvimento dessa política, a um mero auxílio estudantil, tendo seu campo de intervenção reduzido e visto como um profissional que está no local para analisar documentos, fazer entrevistas, um/a burocrata etc.

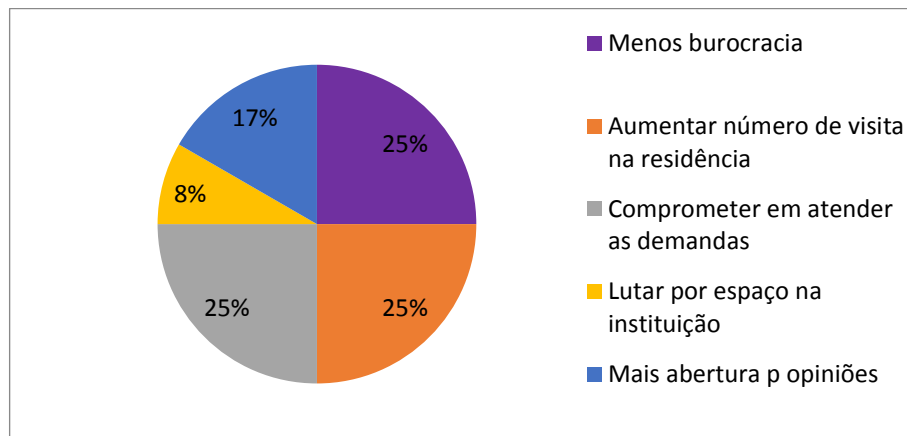


Atuar na operacionalização da Assistência Estudantil, sobretudo no cenário contemporâneo espoliador de direitos, em decorrência do intenso acirramento da política neoliberal, não se configura como uma tarefa fácil, daí, se acentua a necessidade da busca por um maior conhecimento acerca dessa política, bem como da conjuntura vigente, para assim analisar e construir possibilidades mediadoras de intervenção que se distanciem da manutenção do instituído.

Quando indagados/as sobre quais poderiam ser as sugestões/intervenções direcionadas às Coordenações e Unidades Acadêmicas dos cursos em que estão inseridos/as para uma melhor otimização da Assistência Estudantil, os/as discentes fizeram as seguintes colocações: 16% (dezesesseis por cento) acreditam que um maior apoio da coordenação na sua rotina ajudaria; 16% (dezesesseis por cento) afirmou que se faz necessária uma maior aproximação aos/as alunos/as; 17% (dezessete por cento) apontaram a redução da burocracia; 17% (dezessete por cento) acreditam que a coordenação pode exigir que a assistência estudantil estimule o alunado; 17% (dezessete por cento) ressalta a importância de uma maior comunicação; e 17% (dezessete por cento) enfatizaram que deveria existir uma melhor capacitação para os/as funcionários/as.

De fato, todas as questões/sugestões apontadas pelos sujeitos da pesquisa são bastante relevantes, porém, há um grave equívoco presente em uma delas, que é o fato das coordenações, seja das unidades acadêmicas ou de curso “exigirem” uma maior atuação da assistência estudantil, pois todos/as profissionais devem ter clareza das suas atribuições e competências, bem como detém sua autonomia. O que pode e deveria acontecer, porém, não temos conhecimento se isso ocorre, é a realização de reuniões em que possam ser traçadas intervenções coletivas, cujo escopo centre-se em um objetivo comum, que é a viabilização dos/as direitos dos/as estudantes usuários/as da assistência estudantil, bem como dos/as demais estudantes do campus.

**GRÁFICO 07: Sugestões dos/as discentes residentes para a otimização dos serviços ofertados pela assistência estudantil no tocante ao serviço social**



**FONTE:** Dados primários. Pesquisa realizada em julho/agosto de 2016.

A partir dos dados apresentados no gráfico, pode-se identificar que 25% (vinte e cinco por cento) acreditam que poderá ocorrer uma maior otimização das atividades desenvolvidas pelo Serviço Social, na medida em que houver uma certa desburocratização dessas atividades, de modo a tornar os programas da assistência estudantil mais acessíveis; 25% (vinte e cinco por cento) enfatizaram que o Serviço Social deveria realizar mais visitas à residência, de modo a conhecer de forma mais próxima à realidade vivenciada pelos/as estudantes inseridos na RUN; 25% (vinte e cinco) colocaram que o Serviço Social deveria apresentar um maior comprometimento para o atendimento as demandas lançadas à assistência estudantil; 17% (dezessete por cento) apontaram a necessidade e importância de um maior diálogo entre o Serviço Social e os/as estudantes; 8% (oito por cento) afirmaram que o Serviço Social deveria lutar por um espaço físico destinado a essa profissão no campus, tendo em vista a assistente social não ter uma sala própria, atendendo no Restaurante Universitário.

Com relação aos dados referendados, é importante notar que as demandas lançadas à assistência estudantil são inúmeras, e por mais que o/a profissional de Serviço Social demonstre comprometimento ético-político para atendê-las, nem sempre é possível em decorrência dos aspectos objetivos que tecem o próprio processo de desenvolvimento das políticas públicas, em face ao contexto multifacetado, de precarização, sucateamento, focalização e restrição em que tais políticas se encontram. Portanto, afirmar que o comprometimento por si só é capaz de atender as demandas, é minimamente imaturo. Porém, o comprometimento é

indispensável para que os direitos sejam viabilizados, bem como para que, caso estes não sejam, os/as usuários/as possam ter clareza das razões do não atendimento, ou seja, da demanda reprimida, e tome conhecimento de outras possibilidades para reivindicá-los.

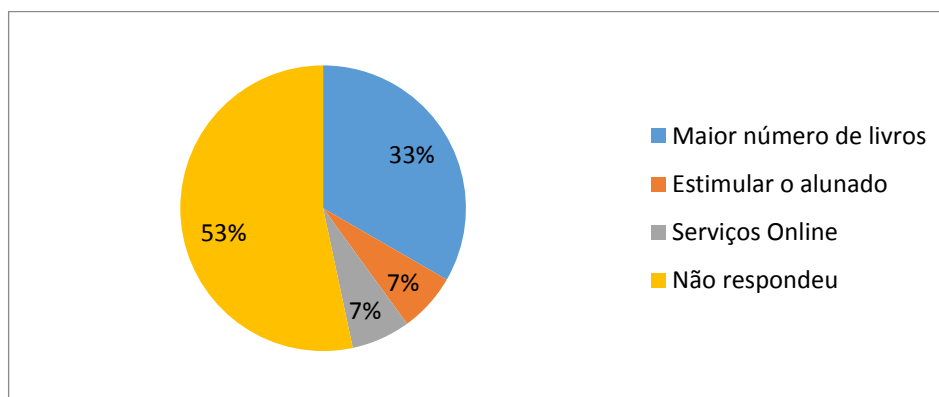
Destarte, nas residências universitárias, a prática assistencial, deve:

Envolver os estudantes/residentes na sua operacionalização em dois sentidos: primeiro, priorizando a participação dos mesmos no planejamento e implementação das ações; e segundo, realizando o monitoramento e a avaliação destas ações partindo da percepção dos estudantes/usuários sobre os serviços prestados pela instituição (NASCIMENTO & ARCOVERDE, 2012, p. 176).

O trabalho do/a assistente social dentro desse contexto significa assumir uma postura de luta, pactuando com a elaboração de estratégias didáticas que ocasionem em mudanças no espaço institucional, a fim de atender as demandas e efetivar os direitos dos/as usuários/as, não se restringindo a dinâmica eminentemente burocrática e restritiva da instituição, mas buscando possibilidades para que os direitos dos/as discentes possam ser assegurados.

A realidade em que as políticas públicas está inserida, é massacrante e espoliadora, por si só, é restritiva e sonegadora, não precisa de um/a profissional que venha a reificar essa situação, pelo contrário, necessita de profissionais que busquem estratégias capazes de alterar essa realidade. Não pretende-se a partir de tal afirmativa, assumir ou corroborar com a perspectiva messiânica, mas compreender que mesmo em meio a um contexto eminentemente adverso e usurpador, há possibilidades de construir e mediar direitos, além de se fazer premente a necessidade de empoderar os sujeitos sociais alvo das políticas públicas.

**GRÁFICO 08: Sugestões dos/as discentes residentes para a otimização dos serviços ofertados pela assistência estudantil no tocante à biblioteca do campus**



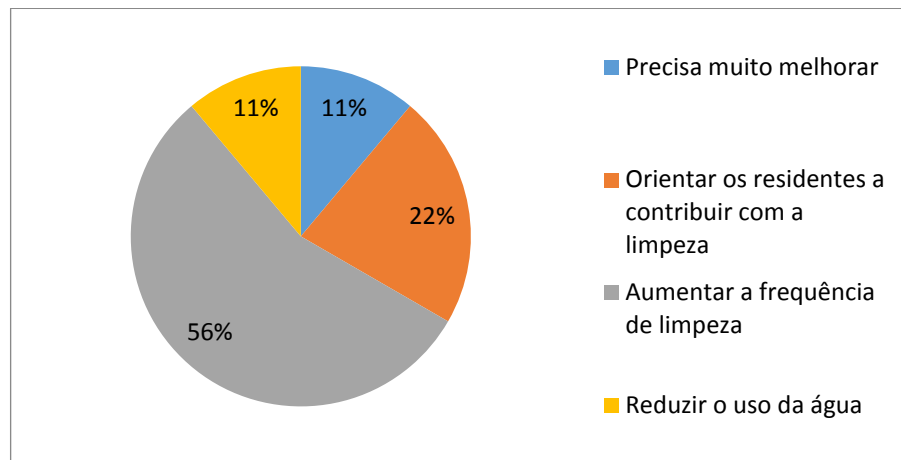
**FONTE:** Dados primários. Pesquisa realizada em julho/agosto de 2016.

No que tange aos serviços ofertados pela biblioteca, 33% (trinta e três por cento), propôs que a melhor alternativa será a disponibilização de um maior acervo; 7% (sete por cento) aconselha que estimular um maior acesso, ou seja, estimular a procura por esse serviço potencializaria esse serviço; 7% (sete por cento) acredita que oferecer um serviço online, poderia melhorar esse serviço e 53% (cinquenta e três por cento) não opinou em relação a esse serviço.

É de extrema importância o uso da biblioteca, haja vista que a leitura “é essencial para o aprendizado dos/as discentes, e, conseqüentemente, tem implicações na sua formação acadêmica e no seu desempenho como futuro profissional” (SANTOS, 2015, p.77), além de se configurar como necessário para uma leitura crítica da realidade em que estão inseridos/as.

Cabe enfatizar ainda, que o acesso a biblioteca é disponível a todos/as os/as discentes, cabendo, portanto, a estes/as buscarem conhecer o acervo, utilizar o espaço existente para estudar e/ou fazer pesquisas na internet, não se fazendo imprescindível, portanto, incentivo externo para que aquele ambiente, bem como os seus serviços sejam utilizados, pois parte-se do pressuposto de que todos/as que estão inseridos/as no espaço acadêmico têm clareza dos seus objetivos.

**GRÁFICO 09: Sugestões dos/as discentes residentes para a otimização dos serviços ofertados pela assistência estudantil no tocante da limpeza**



**FONTE:** Dados primários. Pesquisa realizada em julho/agosto de 2016.

Com relação a limpeza do ambiente da residência, 54% (cinquenta e quatro por cento) dos/as participantes da pesquisa sugeriram aumentar a frequência de limpeza; 22% (vinte e dois por cento) opinaram que orientar os residentes a contribuir com a limpeza também seria uma alternativa; 11% (onze por cento) ressaltou que precisa melhorar muito e 13% (treze por cento) reduzir o uso da água.

Independentemente da existência de profissionais voltados para a limpeza do espaço físico da RUN, é indispensável que os/as discentes ali inseridos/as, também se responsabilizem pela manutenção do espaço em que sobrevivem. É interessante, que tal informação apareceu na coleta de dados, porém não de forma hegemônica, mas trata-se de uma questão de conscientização e de zelo pelo ambiente em que residem, até por que não há uma pessoa do apoio destinada unicamente para fazer a limpeza da residência masculina e feminina, mas uma pessoa, designada, dentre tantas outras atribuições que lhes é atribuída no campus, a fazer também a limpeza nas áreas externas das residências.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A assistência estudantil, indubitavelmente sofre as marcas da política neoliberal, a qual ocasiona uma série de efeitos nefastos no âmbito de todas as políticas públicas, dentre eles a precarização, restrição de direitos, focalização e seletividade. Tal realidade foi claramente identificada no decorrer do desenvolvimento da pesquisa.

O Serviço Social, por se tratar de uma profissão, a qual trabalha com as refrações da questão social nas suas mais variadas expressões, se configura, ou deve se configurar a partir da sua própria essência, como uma profissão de natureza humanizada, que procura viabilizar os direitos dos/as usuários/as.

É interessante ressaltar que viabilizar não se trata de garantir, mas buscar estratégias para que estes direitos possam ser assegurados, mesmo compreendendo que a garantia não dependa diretamente do/a assistente social, mas de todo um contexto que é perpassado por intensas correlações de forças. Todavia, um/a profissional que procura desenvolver a sua intervenção a partir dos pressupostos do Projeto Ético político hegemônico na profissão, busca atuar na perspectiva mediadora, de defesa da classe trabalhadora, ou seja, dos/as usuários/as.

A pesquisa foi reveladora de que o Serviço Social é concebido como burocrático, legalista, distante de fazer mediações necessárias para o atendimento de algumas demandas apresentadas pelos/as residentes da UFCG.

Longe de pretender emitir qualquer juízo de valor no tocante a intervenção realizada pelo Serviço Social da instituição, cabe enfatizar que algumas das demandas apresentadas pelos/as discentes, esbarram nas dificuldades impostas pela burocracia institucional, somada, muitas vezes, a dificuldade da realização de mediações por parte da referida profissão.

Os resultados da pesquisa também apresentaram que a assistência estudantil carece de uma maior preocupação e compromisso por parte da instituição com relação à infraestrutura das residências universitárias, seja em relação a convivências dentro delas, ou até mesmo relacionadas ao quantitativo de vagas e a burocracia exigida para a inserção de todos os programas.

É importante ressaltar também a ausência de acompanhamento médico para os/as usuários/as da residência feminina e masculina.

Destarte, a pesquisa deixou nítido que a assistência estudantil necessita de uma maior atenção, haja vista ser uma política de cunho assistencial, e para isso precisa de maior valorização para que se desenvolva com qualidade. Carecendo, ainda, de maior integração entre os/as profissionais que operacionalizam essa política dentro da instituição, tais como residentes universitários, assistente social, prefeitura e direção do campus, se tornando presentes e disponíveis para solucionarem os embates que emergirem no cotidiano, reconhecendo que a assistência estudantil se configura como um instrumento de conquista e garantia de direitos aos sujeitos que nela se inserem.

## 6 REFERÊNCIAS

ALVES, Jolinda Moraes. **A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA.** Disponível em [http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c\\_v5n1\\_Jo.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v5n1_Jo.htm)> Acesso em 16 de set. 2016, às 12:00

ANDRADE, Maria Angela Rodrigues Alves. O metodologismo e o desenvolvimentismo no serviço social brasileiro – 1947 a 1961. In: **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 17, n. 1, p. 268-299, 2008.

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito; NASCIMENTO, Clara Martins do. **O Serviço Social na Assistência Estudantil: reflexões acerca da dimensão político-pedagógica da profissão.** In: Organizado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. FONAPRACE: Revista Comemorativa 25 anos: história, memórias e múltiplos olhares. Coordenação, ANDIFES. – UFU, PROEX: 2012.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR – ANDIFES. **A ANDIFES.** Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/institucional/a-andifes>>, acessado em 13 de out de 2016. BARBOSA, Carlos Daniel da Luz. **Assistência Estudantil: compromisso do Serviço Social com o ensino superior.** Disponível em <<http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/20626/20626.PDFXXvmi>> Acesso em 20 de set de 2016 às 12:34hrs

BRANT, Nathália Lopes Caldeira. **Reflexões do trabalho profissional do assistente social na rede federal de educação profissional e tecnológica brasileira.** Disponível em: <<http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/REFLEX%C3%95ES%20DO%20TRABALHO%20PROFISSIONAL%20DO%20ASSISTENTE%20SOCIAL.pdf>> Acesso em: 16 Set. 2015.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 29 de Dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Brasília, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 22 de set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Constituição Federal de 1988**, Brasília, DF, Senado, 2010.

COSTA, Cibelly Michalane Oliveira dos Santos. **A PRÁTICA PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS DIANTE DA POLÍTICA NEOLIBERAL:** desafios e perspectivas. IV Jornada Internacional de Políticas Públicas. Acesso em dezembro de 2016. Disponível em [http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/2\\_transformacoes-do-mundo-do-trabalho/a-pratica-profissional-dos-assistentes-sociais-diante-da-politica-neoliberal.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/2_transformacoes-do-mundo-do-trabalho/a-pratica-profissional-dos-assistentes-sociais-diante-da-politica-neoliberal.pdf)>

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.** Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.



Brasília, 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm)>. Acesso em: 25 de mar. 2016.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7234 de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Brasília, 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm)>. Acesso em: 25 de mar. 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.** Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília, 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm)>. Acesso em: 07 de abr. 2016.

CFESS (Conselho Federal de Serviço Social). Seminário Nacional Serviço Social na Educação. CFESS Manifesta, Brasília, 2012. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-MANIFESTA\\_SEM-EDUCA-Site.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-MANIFESTA_SEM-EDUCA-Site.pdf)>. Acessado em: 27 de set de 2016 às 23:24.

Costa, Gerson Carlos de Oliveira. Oliveira, Pedro. **Moradias Estudantis: Uma política pública na consolidação do Direito à Cidade.** In: A produção da cidade e a captura do público: que perspectivas?. Bahia, 2016. Disponível em: <[http://www.lugarcomum.ufba.br/urbanismonabahia/arquivos/anais/ex3\\_moradias-estudantis.pdf](http://www.lugarcomum.ufba.br/urbanismonabahia/arquivos/anais/ex3_moradias-estudantis.pdf)> Acesso em 28 de outubro de 2016, às 10:30.

FELINTO, Diony Soares. **MATEMÁTICA E REALIDADE NO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO.** Jussara: GO, 2009. [Monografia Acadêmica]

FIES. **Fundo de Financiamento Estudantil.** 2001. Disponível em <http://sisfiesportal.mec.gov.br/?pagina=fies> Acesso em 09 de out de 2016 às 16: 04 hrs.

FILHO, Marcio Camargo Cunha & CARRION, Eduardo Kroeff Machado. **Decretos do governo com força de lei nas cortes constitucionais de Brasil e Espanha: um contraste entre (relativo) intervencionismo e paralisia judicial no cenário político.** X Salão de Iniciação Científica – PUCRS, 2009.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. **Revista Comemorativa 25 Anos:** histórias, memórias e múltiplos olhares / Organizado pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, coordenação, ANDIFES. – UFU, PROEX: 2012. ]  
<http://www.cressrj.org.br/site/servico-social/>

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na cena contemporânea. In CFESS e ABEPSS (Org). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS / ABEPSS, 2010.

LIMA, Kátia. **Contra-reforma na Educação Superior:** de FHC a Lula. São Paulo: Xamã, 2007.

LOPES, Aline Caldas; ANDRADE, Daniela Lopes; CONCEIÇÃO, Maria Miguelina Lopes. **SERVIÇO SOCIAL NA ÁREA DA EDUCAÇÃO.**In: III JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS São Luís – MA, 28 a 30 de agosto 2007. Disponível em <[http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoE/87cf44165f63b0b8d89aAline%20Lopes\\_Daniela%20Andrade\\_Maria%20Miguelina.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoE/87cf44165f63b0b8d89aAline%20Lopes_Daniela%20Andrade_Maria%20Miguelina.pdf)> Acesso em 25 de out. de 2016, as 22:40hrs.

MARTINS, Carlos Benedito. A Reforma Universitária de 1968 e a Abertura para o Ensino Superior Privado no Brasil. Educ. Soc, Campinas vol. 30. N.106, p. 15-35, jan./abr. 2009. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v30n106/v30n106a02>> Acesso em 13 de set. 2016 às 15:17hrs.

MENEZES, EbenezerTakunode; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização). *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil.* São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/mobral-movimento-brasileiro-de-alfabetizacao/>>. Acesso em: 16 de set. 2016.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

Pacievitvh, Thaís. Marquês de Pompal. Biografias. Disponível em <http://www.infoescola.com/biografias/marques-de-pombal/>> Acesso em 10/08/16 as 22:49hrs

PINTO, Rosa Maria Ferreira. **Política Educacional e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, Adilson Pereira dos; CERQUEIRA, Eustaquio Amazonas de. **Ensino Superior:** trajetória histórica e políticas recentes. In: IX Colóquio Internacional sobre gestão universitária na América do Sul. Florianópolis. 2009

SANTOS, Silmara de Jesus Bignardi dos. A importância da leitura no ensino superior. Anais do 16º COLE – Congresso de Leitura do Brasil. Campinas: UNICAMP, 2007. Disponível em <[ww.pgsskroton.com.br/seer/index.php/educ/article/download/2176/2072](http://www.pgsskroton.com.br/seer/index.php/educ/article/download/2176/2072)> Acesso em 31 de out de 2016 às 11:00.

SILVA, Francisca Daniele. **A PRECARIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFCG, CAMPUS SOUSA/PB, NA PERCEPÇÃO DOS/AS DISCENTES INSERIDOS/AS NA RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA.** Sousa:PB, 2016. [Monografia Acadêmica]

SILVEIRA, Miriam Moreira. **Assistência Estudantil no Ensino Superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras**. Pelotas, 2012. [Monografia Acadêmica]

SISU. Sistema de Seleção Unificada. 2010. Disponível em <http://sisu.mec.gov.br/>> Acesso em 09 de out de 2016 às 16: 04 hrs.

SPOSATI, Aldaiza de Oliveira; *et al.* **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. São Paulo: Cortez, 1989.

THOMAZ, Roberto Jaime. A educação no Brasil nos dias atuais. 28 de setembro de 2009. Disponível em <: <http://www.webartigos.com/artigos/a-educacao-no-brasil-nos-dias-atuais/25509/>> Acesso em 10/08/16 as 22:30hrs.

UFCG. **PORTARIA Nº 144, DE 06 DE AGOSTO DE 2014**. Disponível em: <<http://www.ufcg.edu.br:8080/chamadas/downloads/147687.pdf>>. Acesso em 12 de out. de 2016.

VASCONCELOS, Natalia Batista. Assistência estudantil: uma breve análise histórica. In: **FONAPRACE** :Revista Comemorativa 25 Anos : histórias, memórias e múltiplos olhares / Organizado pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, coordenação, ANDIFES. – UFU, PROEX : 2012.

## APÊNDICE I

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, \_\_\_\_\_,  
portador do RG \_\_\_\_\_,  
CPF \_\_\_\_\_, fui informada/o que a pesquisa acerca do  
**SERVIÇO SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: A VISÃO DOS RESIDENTES  
UNIVERSITÁRIOS DO CCJS/UFCG ACERCA DO TRABALHO EXERCIDO NA  
INSTITUIÇÃO** é desenvolvida a partir dos pressupostos do Projeto Ético-Político do  
Serviço Social, a ser realizada sob responsabilidade da pesquisadora:  
\_\_\_\_\_, e com orientação do Professor(a):  
**Cibelly Michalane Oliveira dos Santos Costa.**

Em face ao exposto, concordo em participar da mesma, com a garantia de  
anonicidade e sigilo com relação a todo o conteúdo e que as informações coletadas  
sejam utilizadas para efeito de análise e divulgação científica. Estou ciente de que  
posso retirar o meu consentimento a qualquer tempo, informando minha decisão as  
pesquisadoras, sem que isso acarrete nenhum tipo de prejuízo a minha vida  
pessoal.

**Pesquisadora:** \_\_\_\_\_

**Endereço:** \_\_\_\_\_

**Celular:** \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Orientadora: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE II

### ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO

#### 1 PERFIL DOS SUJEITOS DA PESQUISA

1.1 Idade: \_\_\_\_\_

1.2 Naturalidade: \_\_\_\_\_

1.3 Curso: \_\_\_\_\_ Turno: \_\_\_\_\_ Período: \_\_\_\_\_

1.4 Estado Civil: Solteiro/a ( ) Casado/a ( ) Casado/a ( ) Outros ( )

1.5 Identidade de gênero: Mulher ( ) Homem ( ) Transexual ( ) Homossexual ( )

#### 2 DADOS REFERENTES AO OBJETO DE ESTUDO

2.1 Há quanto tempo você está na Residência Universitária da UFCG?

\_\_\_\_\_

2.2 Você passou quanto tempo aguardando ser inserido/a na Residência Universitária?

\_\_\_\_\_

2.3 Depois que foi inserido/a na Residência Universitária, já manteve contato com o Serviço Social? Sim ( ) Não ( ). Se sim, em média quantas vezes? \_\_\_\_\_

2.3.1 Qual a especificidade da demanda que o/a levou ao Serviço Social?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

2.3.1.1 A demanda apresentada foi atendida? Sim ( ) Não ( ). Em caso negativo, porquê? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

2.4 Quais são as possíveis dificuldades que você apontaria para o atendimento das demandas apresentadas pelos/as estudantes residentes ao Serviço Social?

---



---



---



---



---

2.5 Na sua opinião, haveriam outras alternativas para o atendimento à essas demandas? Sim ( ) Não ( ). Em caso afirmativo, quais seriam essas alternativas?

---



---



---



---

2.6 Na sua opinião, qual o papel desenvolvido pelo Serviço Social na instituição?

---



---



---

2.7 A partir da sua compreensão, qual a eficácia e necessidade do trabalho desenvolvido pelo Serviço Social na instituição. Porquê?

---



---



---

2.8 Se fosse possível atribuir uma nota ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social na instituição, qual nota você atribuiria? \_\_\_\_\_. Porquê?

---



---

2.9 Você acredita que o trabalho do Serviço Social na instituição sofre alguma/s interferência/s referentes as condições objetivas (recursos precários para a assistência estudantil, infra-estrutura da instituição etc)? Sim ( ) Não ( ). Em caso afirmativo, em que aspecto?

---



---



---

2.10 Quais sugestões você daria para aprimorar a atenção/atendimento à assistência estudantil na instituição como um todo, ou seja, a partir dos serviços desenvolvidos pelos profissionais da instituição de um modo geral?

2.10.1 Direção: \_\_\_\_\_

---

2.10.2 Coordenação da Unidade Acadêmica do seu curso: \_\_\_\_\_

---

2.10.3 Serviço Social: \_\_\_\_\_

---

---

---

2.10.4 Serviço de Biblioteca:

---

---

2.10.5 Segurança: \_\_\_\_\_

---

---

2.10.6 Limpeza: \_\_\_\_\_

---

---

2.10.7 Outros serviços:

---

---

---

